

PODER MILITAR NA AMAZÔNIA

Estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

MARCOS DE LIMA GOMES
ELÓI MARTINS SENHORAS

2021

PODER MILITAR NA AMAZÔNIA

Estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

PODER MILITAR NA AMAZÔNIA

Estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

MARCOS DE LIMA GOMES
ELÓI MARTINS SENHORAS

BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão	Conselho Editorial
Elói Martins Senhoras	Abigail Pascoal dos Santos
Francisleile Lima Nascimento	Charles Pennaforte
	Claudete de Castro Silva Vitte
Capa	Elói Martins Senhoras
Abinadabe Pascoal dos Santos	Fabiano de Araújo Moreira
Elói Martins Senhoras	Julio Burdman
	Marcos Antônio Fávaro Martins
Projeto Gráfico e Diagramação	Rozane Pereira Ignácio
Elói Martins Senhoras	Patrícia Nasser de Carvalho
Marcos de Lima Gomes	Simone Rodrigues Batista Mendes
	Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Go 2 GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins.

Poder militar na Amazônia: Estudo de caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 149 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993559-8-1
http://doi.org/10.5281/zenodo.4596085

1 - Amazônia. 2 - Geografia. 3 - Infantaria. 4 - Poder Militar.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2021

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente livro realizou uma análise geopolítica militar sobre a 1ª Brigada de Infantaria de Selva sob uma ótica de hermenêutica geográfica, de sua estrutura organizacional e suas territorialidades e espacializações ao longo de seu ciclo de vida até sua conformação na cidade de Boa Vista (RR) em 1992. Na oportunidade, realizou-se também apontamentos sobre seu ambiente interno e externo por meio da matriz SWOT.

Neste sentido, o estudo permite ao leitor ampliar o conhecimento, tanto, espacial-histórico, quanto cultural militar do estado de Roraima, com apontamentos e descrições acerca da presença desta grande unidade militar no estado de Roraima juntamente com as demais organizações militares diretamente subordinadas, dialogando com as demais áreas do conhecimento a fim de trazer informações em um contexto poucos explorado pela sociedade civil e pela comunidade acadêmica.

Assim, a pesquisa encontra-se alicerçada num método histórico-dedutivo, caracterizado por uma natureza exploratória, explicativa e descritiva. O presente livro toma como referência os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados, combinados ao uso de hermenêutica geográfica e histórica para a análise de dados.

O livro apresenta dois capítulos, subdivididos em quatros seções distintas. No primeiro capítulo foi realizada uma caracterização das brigadas de infantaria no Brasil, notadamente para as de infantaria de selva espacializadas na Amazônia Legal, sendo estas formadas pela agregação de forças no âmbito do Exército Brasileiro, com enfoque para a 1ª Brigada de Infantaria de Selva localizada no estado de Roraima.

No segundo capítulo, foi realizada uma análise sobre o perfil organizacional e de gestão da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de seu quadro funcional e suas características. Na oportunidade foram realizadas análises de discurso e de conteúdo dos *stakeholders* em sítios militares visitados, resultando em um balanço geopolítico das análises de Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades, por meio de uma matriz conhecida como SWOT.

Os resultados apresentados na pesquisa abordaram questões da geopolítica militar da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em suas territorialidades e espacializações ao longo de seu ciclo vida, sendo esta organização caracterizada por uma burocracia mecânica em razão da padronização dos seus processos, tanto horizontalmente quanto verticalmente.

Deste modo, com base nos resultados da pesquisa, concluise que o Poder Militar na Amazônia Legal é permeado muito mais por uma retórica de priorização nesta região a propriamente por uma materialização *de facto*, uma vez vez que o Brasil possui vinte brigadas de infantaria, mas, somente seis estão presentes em toda a Amazônia Legal, a qual representa praticamente 2/3 de todo território nacional.

Por derradeiro, convidamos a todos que façam a leitura do presente livro na certeza de que encontrarão relevantes informações com riqueza de detalhes sobre uma geopolítica militar da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, considerada como a representatividade do Exército Brasileiro no estado de Roraima. Desejamos uma ótima leitura!

Marcos de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

Poder é sempre perigoso. Atrai os piores e corrompe os melhores. O poder é dado àqueles que estão prontos a se rebaixar para pegá-lo!

Ragnar Lodbrok
(Série Vikings)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO 1 |
1ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto da Amazônia Setentrional 21

CAPÍTULO 2 |
Análise organizacional e de gestão da 1ª Brigada de Infantaria de Selva 59

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123

REFERÊNCIAS | 129

SOBRE OS AUTORES | 141

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente livro tem como objetivo fazer uma síntese ampliada da estrutura organizacional e identificação das territorialidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva sediada no estado de Roraima desde 1992. Por estes motivos, a pesquisa se apresenta de grande relevância, onde procura conhecer e compreender o contexto objetivo e subjetivo das ações do Exército Brasileiro nesta porção do território nacional.

A pesquisa subdivide-se em dois capítulos subdivididos em quatro seções distintas que se dialogam durante o seu desenvolvimento, estando fundamentada em hermenêutica geográfica (interpretação) e ótica militar, nos quais se buscou identificar as múltiplas territorialidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, desde sua desativação na cidade de Petrópolis (RJ).

No primeiro momento, a pesquisa destaca-se a importância da 1ª Brigada de Infantaria de Selva num contexto da Amazônia Legal, e as caraterizações das brigadas de infantaria que o Exército Brasileiro posuui em território nacional, com ênfase para aquelas existentes no Comando Militar da Amazônia e do Norte.

No segundo momento, busca-se evidenciar o desenho de força das Brigadas de Infantaria de Selva junto à Amazônia legal, onde se observa que o Estado brasileiro reproduz uma retórica em priorizar esta porção do território do Brasil, e a incipiente presença desta agregação força de Poder Militar na região Norte do Brasil.

Num terceiro momento, foram realizadas análises de discursos e de conteúdos extraídos de entrevistas realizadas durante visitações realizadas na Organizações Militares Diretamente Subordinadas à 1ª Brigada de Infantaria de Selva, onde obteve-se

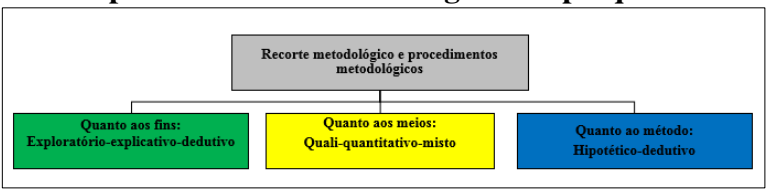
respostas objetivas e subjetivas, cuja finalidade visou analisar a percepção dos *stakeholders* sobre temas diversos.

Por derradeiro, a pesquisa realizou uma análise sobre o balanço geopolítico de Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades de melhorias da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, assim, permitiu-se realizar análises de modo diacrônico e prospectivo de seu ciclo de vida por meio de uma interação de informações, tanto positivas, como negativas, de seus ambientes interno e externo, o que facultou uma matriz identificada de análise de SWOT.

CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

A presente pesquisa foi estruturada e balizada quanto, à finalidade, bem como quanto aos meios utilizados durante a coleta de dados e trabalhos de diferentes procedimentos metodológicos de coleta, estudo de caso (Figura 1), além de análise de dados primários e secundários, que darão fundamentação ao estudo e a produção dos conhecimentos sobre a temática em questão.

Figura 1 - Recorte e procedimentos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Quanto aos fins, a presente pesquisa é classificada como exploratória, explicativa e descritiva das características sobre a o

Poder Militar da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no contexto Geopolítico da Amazônia Setentrional.

Quanto aos meios, a pesquisa possui um delineamento do estudo que se caracteriza por uma abordagem qualitativa-quantitativa-mista, pela combinação híbrida de coleta e análise objetiva e subjetiva de dados sobre o processo organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no estado de Roraima.

Quanto ao método, está fundamentada num método hipotético-dedutivo, admitido para a aquisição e análise de dados, baseado no uso congruente de métodos de revisão bibliográfica, documental e mista (derivação de informações), além de estudo de caso (comparação de informações).

Assim, a utilização com envolvimentos de dados simultâneos e/ou sequenciais extraídos de uma gama de informações e obtenção de dados levantados durante a presente pesquisa, por meio das diversas etapas metodológicas, bem como tabulação de entrevistas semiestruturadas e questionários que serviu de bancos de dados, sendo de fundamental importância para obtenção de resultados tanto qualitativos, quanto quantitativos.

Os dados adquiridos foram classificados como: dados primários - obtidos diretamente de revisão documental, bases estatísticas, entrevistas semiestruturadas, questionários, obtenção de coordenadas geográficas e registros icnográficos, e de dados secundários, adquiridos indiretamente em livros, periódicos, dissertações, teses, jornais e em portais eletrônicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E INSTRUMENTOS DA COLETA E ANÁLISES DOS DADOS

Os instrumentos metodológicos utilizados na presente pesquisa, foram delimitados por duas categorias especificas, a

primeira quanto ao uso de dados, seja enquanto instrumentos de coleta, e a segunda quanto aos instrumentos de análise de dados primários (informações brutas), e secundários (informações previamente trabalhadas por terceiros).

Como instrumentos de coleta de dados, foi elaborado um planejamento em duas fases complementares e concomitantes, por meio do levantamento bibliográfico e documental, revisões biográficas e mista, e de trabalho de campo, a fim de permitir a maturação das análises com informações quali-quantitativas com base empírica, documental e teórico-normativa.

As visitações no Comando Militar da Amazônia (Grande Comando, o qual a 1ª Brigada de Infantaria de Selva é subordinada), e nos sítios militares que compõem o 1ª Brigada de Infantaria de Selva ocorreram na seguinte ordem cronológica durante o ano de 2019: dia 18 setembro no Comando Militar da Amazônia; dia 14 de outubro no Comando do 6º Batalhão de Engenharia de Construção; no dia 11 de dezembro de Comando Fronteira Roraima/ 7º Batalhão de Infantaria de Selva; no dia 13 de dezembro no Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e 1º Pelotão de Comunicações de Selva e, por fim, no dia 17 de dezembro no Comando do 1º Batalhão Logístico de Selva.

CAPÍTULO 1

1ª Brigada de Infantaria de Selva
no contexto da Amazônia Setentrional

1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

O olhar militar neste estudo está fundamentado a partir das brigadas, as quais são compreendidas como unidades de agregação de força no âmbito operacional do Exército Brasileiro em determinada porção do território. No estudo geopolítico militar, o Poder Militar deve ser analisado a partir de variáveis de agregação da capacidade de forças de um Estado no âmbito da Defesa Nacional, em cada braço das Forças Armadas dos respectivos Estados Nacionais.

No contexto brasileiro, a agregação da capacidade de força deriva das três forças que compõem as Forças Armadas: na Marinha do Brasil estão representadas por nove Distritos Navais, sendo três pertencentes à Amazônia Legal (4º, 7º e 9º Distritos Navais); na Força Aérea Brasileira estão representadas por nove ALAs (antigas Bases Aéreas), sendo quatro pertencentes à Amazônia Legal (6ª, 7ª, 8ª e 9ª ALAs), enquanto no Exército Brasileiro por 20 brigadas, sendo 6 pertencentes à Amazônia Legal (1ª, 2ª, 16ª, 17ª, 22ª e, a 23ª Bda Inf Sl).

As brigadas são Grandes Unidades formadas pela combinação híbrida de Armas, sendo capazes de cumprir missões de modo autônomo e geralmente compondo-se de unidades e subunidades de manobra (Infantaria e Cavalaria), de apoio de fogo (Artilharia de Campanha), de apoio ao combate (Engenharia e Comunicações), de apoio logístico (Intendência, Saúde e Material Bélico) e, eventualmente, função de sua natureza, de defesa antiaérea (BRASIL, 2012).

Segundo Nascimento (2015), a brigada é uma organização tática e administrativa, que poderá receber reforços de outros

elementos de manobra e apoio, a depender da missão e suas necessidades, em que geralmente são enquadradas por uma Força Tarefa Componente (FTC) ou um Comando Conjunto, com missão básica de cerrar "sobre o inimigo a fim de destruí-lo ou capturá-lo utilizando o fogo, o movimento e o combate aproximado. Repelir seu assalto pelo fogo, pelo combate aproximado e pelo contra-ataque e, ainda, manter o terreno e controlar áreas, inclusive suas populações e seus recursos". (BRASIL, 1984, p. 17).

As Brigadas de Infantaria de Selva são aqueles Grandes Unidades formadas basicamente por Batalhões de Infantaria de Selva, organizadas com intuito de operar na selva utilizando-se essencialmente de meios fluviais e aéreos, podendo ser empregadas prioritariamente em manobras de flanco, tendo como principal característica a fluidez e a sobrevivência em ambiente hostil de selva (BRASIL, 1984).

Considerado como módulo básico[1] de combate do Exército Brasileiro, a brigada, cujo tipo pode ser variável segundo a natureza de sua missão, do material empregado ou a área operacional para a qual é vocacionada, é caracterizada "pela flexibilidade de sua organização e por variados tipos de armamentos, munições, veículos e equipamentos, que, juntamente com pessoal qualificado, são integrados para a realização de complexas operações" (BRASIL, 2012, p. 117).

Do ponto de vista estratégico, do emprego e do ambiente operacional sugere-se a natureza, a organização e o material de dotação dos elementos de combate do Exército Brasileiro. Partindo desta premissa, as brigadas são organizadas e adestradas para atuar, *a priori*, em áreas estratégicas para a qual têm vocação prioritária. Sendo assim, atualmente o Brasil possui seis tipos de brigadas:

[1] Módulo de combate de uma Brigada é o menor escalão da Força Tarefa que reúne sob um comando único os principais sistemas operacionais, permitindo o treinamento combinado de armas e serviços. (BRASIL, 2012, p. 119).

brigadas leves, médias e pesadas; e aquelas de módulos de combate que são de emprego específico: Brigada de Aviação do Exército, Brigada de Operações Especiais, e Brigada de Artilharia Antiaérea (Quadro 1).

No caso específico da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada Leve), são constituídas unidades e subunidades militares de várias Armas, Quadro e Serviços, sendo composta pelas Armas-Base: Infantaria e Cavalaria, Armas de Apoio: Artilharia, Comunicações e Engenharia[2], seus quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares e Complementar de Oficiais e dos serviços de Intendência e de Saúde (BRASIL, 2019a).

Todos os tipos de brigadas de infantaria possuem missão básica, todavia, com características únicas que as distinguem uma das outras, uma vez que possuem tipos diferenciados entre elas, conforme anota Nascimento (2015, p. 26), sendo "pelos tipos de suas peças de manobra e, particularmente, na sua mobilidade operacional: aeroterrestre, helitransporte, veículos sobre lagartas, sobre rodas e até mesmo a pé".

De acordo Brasil (1984), no manual de Campanha C 7-30 que dispõe sobre o emprego e preparo das brigadas de infantaria no âmbito do Exército Brasileiro, eram consideradas somente quatro tipos de brigadas de infantaria: motorizada, blindada, de selva e paraquedista. Contudo, devido ao processo de transformação e modernização que aconteceu na Força Terrestre, foram criados mais dois tipos:

[2] Refere-se ao o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), que embora sua sede esteja na cidade de Boa Vista-RR, está diretamente subordinado ao Comando do 2º Grupamento de Engenharia de Construção (2º GEC) na cidade de Manaus (AM).

Quadro 1 - Tipos de Brigadas do Exército Brasileiro

Classificação	Tipos	Generalidades
Brigadas leves	Brigadas Infantaria de: Selva, de Fronteira, Motorizada, Leve Paraquedista	Aquelas que possuem elementos providos de grande flexibilidade e capacidade operacional, aptas a se deslocar e operar com rapidez e eficiência em qualquer parte do território nacional, sendo consideradas as tropas mais hábeis à execução de operações de assalto aeromóvel, além de realizar ações de defesa externa em todas as partes do território nacional, bem como poder atuar em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), nos termos da Constituição Federal de 1988.
Brigadas médias	Brigadas Infantaria Mecanizada e de Cavalaria Mecanizada	Aquelas compostas de blindados sobre rodas, sendo vocacionadas para operações de defesa externa. Durante conflitos, podem ser usadas em ações de reconhecimento e segurança. Retardam possíveis agressores, trocando espaço por tempo, até que a Força Terrestre desloque tropas mais aptas para enfrentar em melhores condições os oponentes.
Brigadas pesadas	Cavalaria Blindada e Brigada de Infantaria Blindada.	Aquelas que possuem força potente e altamente móvel, durante conflitos, se configuram como elemento de decisão do combate terrestre. Sua missão é cerrar sobre o inimigo, a fim de destruí-lo ou neutralizá-lo, utilizando o fogo, a manobra e a ação de choque. No campo de batalha, são particularmente aptas para ações ofensivas altamente móveis e com grande profundidade.
Brigada de Aviação do Exército	Comando de Aviação do Exército	Possui missão de prestar aeromobilidade orgânica ao escalão que a enquadra, cumprindo missões de combate, apoio ao combate e apoio logístico e assessoramento junto ao comando que a enquadra sobre o melhor emprego de seus meios orgânicos, atribuindo-lhes relação de subordinação que vão lhes conferir maior ou menor centralização de acordo com que apontarem os fatores da decisão.
Brigada de Operações Especiais	Comando de Operações Especiais	São consideradas umas das tropas mais especializadas do EB, com as Organizações Militares orgânicas integram a Força de Ação Rápida Estratégica e apoiam as operações de todos os Comandos Militares de Área do Exército Brasileiro.
Brigada de Artilharia Antiaérea	Brigada de Artilharia Antiaérea	Possui missão de realizar a Defesa Antiaérea no âmbito Aeroespacial Brasileiro e participar da segurança integrada nas respectivas áreas de responsabilidade.

Fonte: Brasil (2012; 2003a). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

> A brigada de infantaria leve (voltadas, para as operações Aeromóveis e de Montanha), e a brigada de infantaria mecanizada (que opera com viaturas blindadas sobre rodas). Existe, ainda, uma brigada de infantaria de fronteira, vocacionada para área operativa do Pantanal Mato-grossense. Entretanto, a designação "de fronteira" é somente histórica (NASCIMENTO, 2015, p. 25).

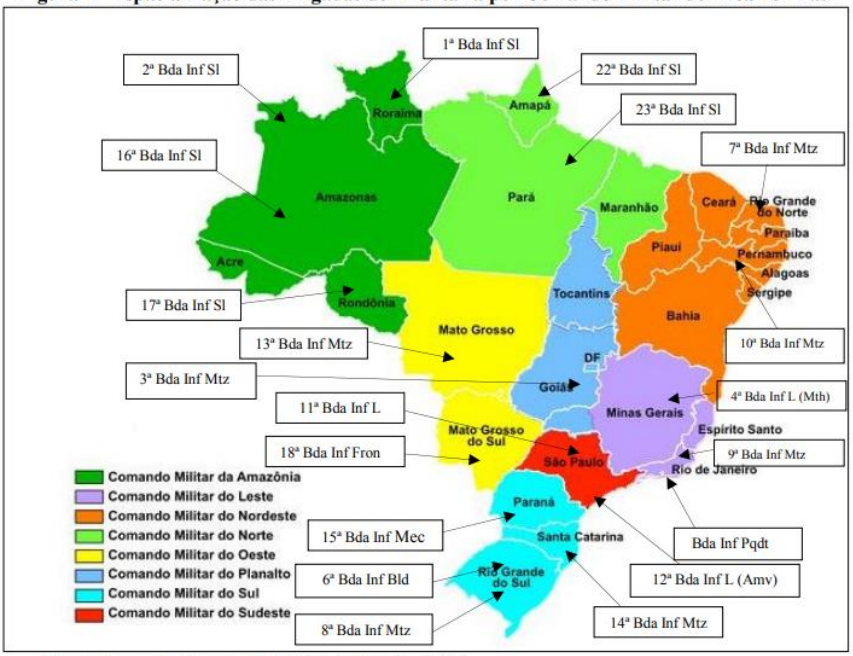
Atualmente, o Exército Brasileiro possui 20 brigadas de infantaria (Figura 2) sendo: sete de infantaria motorizada, seis de infantaria de selva, três de infantaria leve (uma voltada para Operações Aeromóveis, uma para Operações de GLO e uma apta a operar em terreno montanhoso), uma de infantaria pára-quedista, uma de infantaria blindada, uma de infantaria de fronteira e uma de infantaria mecanizada (NASCIMENTO, 2015).

Ao analisar as espacializações das brigadas de infantaria, observa-se uma concentração (notadamente) nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com 50 % (10 unidades), e nas demais, com 30 % no Norte, enquanto o Nordeste e Centro-Oeste com 10 % cada (Gráfico 1). Em verdade, a divisão territorial do Exército Brasileiro se aproxima da estruturação por regiões naturais feitas pelo IBGE (1969). Todavia, distingue ainda mais do que a divisão do IBGE a região Sudeste, separando o estado de São Paulo como um único Comando Militar de Área (CML).

No decorrer da presente pesquisa é enfatizada a preocupação do Estado brasileiro com as regiões fronteiriças do Brasil, notadamente com a Amazônia Legal e, nesta mesma direção, as Forças Armadas do Brasil vêm reafirmando a retórica em priorizá-la por meio do aumento da presença estatal nessas áreas. Contudo, ao observarmos a concentração do Poder Militar brasileiro, nota-se que existem 20 brigadas de infantaria espacializadas no Brasil, mas

somente seis unidades na Amazônia Legal de maneira dispersa, porém estrategicamente espacializadas.

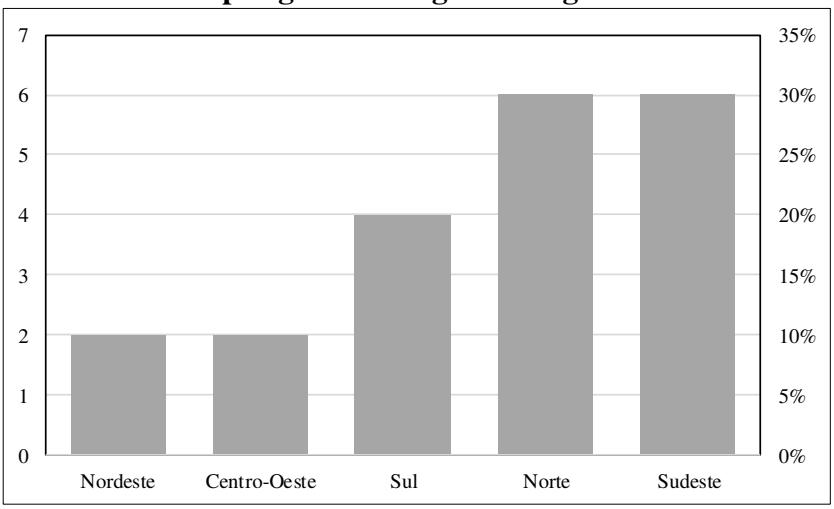
Figura 2 - Espacialização das Brigadas de Infantaria por Comando Militar de Área no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SEHORAS, 2019).

Há de se observar que as Forças Armadas ao longo dos anos vêm intensificando sua presença na Amazônia Legal, porém de forma lenta o que por vezes não condiz com as realidades narradas em discursos e documentos oficiais, como: da Política, Estratégica Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, bem como a dificuldade que a força terrestre tem de implementar políticas de defesa para a região por questões orçamentárias e fitográficas, uma vez que tais medidas geram despesas onerosas para o Estado.

Gráfico 1 -Espacializações das Brigadas de Infantaria por grandes Regiões Geográficas no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

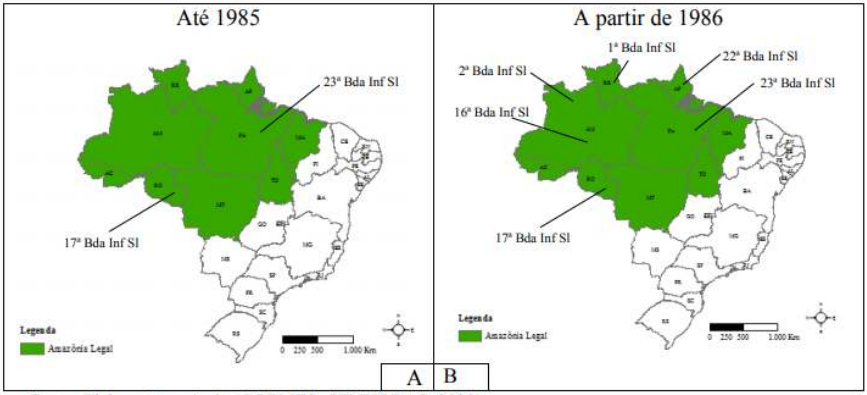
Todavia, observa-se que a região Norte, bem como a Amazônia Legal, possui somente 30 % da composição de brigadas de infantaria (seis unidades), sendo que a última brigada criada aconteceu recentemente no ano de 2018 (22ª Bda Inf Sl na cidade de Macapá-AP), e nenhuma Divisão de Exército (DE). Neste contexto, considerando que a região Norte possui cerca de 61 % de todo o território nacional (IPEA, 2017), percebe-se certa incoerência nas discussões ora suscitadas sobre priorizá-la, ainda que durante a reestruturação realizadas pelas Forças Tarefas (FT) 90 e 2000 tenham ocorrido mudanças significativas na Amazônia Legal com a criação e/ou transferências de brigadas para a região com um aumento substancial de 300 %, passando de duas para seis Bda Inf Sl.

Nesse sentido, como um dos efeitos da FT 90 e, considerando que o Exército Brasileiro possuía várias brigadas na cidade do Rio de Janeiro e poucas na Amazônia, ocorreu a desativação e extinção da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª Bda Inf Mtz) sediada na cidade de Petrópolis (RJ) propiciando a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl) na cidade de Boa Vista (RR) no ano de 1991, passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, estando subordinada diretamente ao Comando Militar da Amazônia (CMA).

Desta forma, a partir da implementação do Plano de Estruturação do Exército Brasileiro resultou em grandes modificações para o Comando Militar da Amazônia, notadamente com transferência de Grandes Unidades e Unidades das regiões Sul e Sudeste do país, além de ampliação e construção de novas Organizações Militares de Fronteira, espacializadas em diferentes localidades da Amazônia Legal, onde se observa a preocupação do Estado brasileiro com a região, uma vez ser patente a possibilidade de conflitos continuados com países limítrofes, além do aumento significativo da presença de ilícitos transfronteiriços de natureza diversa.

Com referência às espacializações de brigadas de infantaria na região da Amazônia Legal, observa-se que até no ano de 1985 existiam somente duas brigadas, a 23ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Marabá (PA) e a 17ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Porto Velho (RO) (Figura 3 A). Com a FT 2000, foram criadas mais quatro brigadas de infantaria: 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista (RR); 2ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de São Gabriel da Cacheira (AM); 16ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Tefé (AM), e a 22ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Macapá (AP) (Figura 3B).

Figura 3 – Evolução da distribuição das Brigadas no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOEMES; SENHORAS, 2020).

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada por meio de um Decreto Presidencial de 13 de novembro de 1991, passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR) (BRASIL, 2019c).

A 2ª Brigada de Infantaria de Selva é oriunda da 5ª Brigada de Infantaria com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), passando a ser designada 2ª Brigada de Infantaria Motorizada na década de 1960. Em 1988, passa por nova vocação e transforma-se na 2ª Brigada de Infantaria de Selva com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), recebendo a denominação histórica de "Brigada Ararigbóia" (BRASIL, 2019d).

A 16ª Brigada de Infantaria de Selva é oriunda do 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt Fron), com sede na cidade de Cruz Alta (RS). Depois de passar pelas cidades de Santo Ângelo e Santa Maria, ambas no estado do Rio Grande do Sul, o 1º Gpt Fron foi extinto e criada a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada (16ª Bda Inf Mtz), tendo sua transferência para Amazônia Legal por meio do

Aviso Ministerial nº 02 - Reservado de 30 de março de 1992, sendo efetivada na cidade de Tefé (AM) no ano de 1993 (BRASIL, 2019e).

A 17ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada por meio do Decreto nº 64.885, de 24 de julho de 1969, na cidade de Porto Velho (RO), por extinção da 3ª Companhia de Fronteira. Tem sua origem aos Contingentes Especiais de Fronteira, instituídos em 1932, oriundos do 27º Batalhão de Caçadores, atual 1º Batalhão de Infantaria de Selva na cidade de Manaus (AM) (BRASIL, 2019f).

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva é a mais recente das brigadas de infantaria na Amazônia Legal, denominada de "Brigada da Foz do Amazonas", criada em 22 de janeiro de 2018 na cidade de Macapá (AP), que reforçará a presença militar, a capacidade operacional e melhorará o gerenciamento administrativo, possibilitando a coordenação para a segurança das fronteiras do Brasil na região, ampliando a presença do Estado na Amazônia Oriental (BRASIL, 2019g).

A 23ª Brigada de Infantaria de Selva é a pioneira das brigadas na Amazônia Legal, com data de criação no ano de 1976, por meio do Decreto nº 77.804, com sede em Santarém (PA), tendo sua sede transferida para a cidade de Marabá (PA) em 26 de novembro do mesmo ano. Seu Pioneirismo revestiu-se, igualmente, de extrema importância para a região, ficando conhecida como a "Brigada da Transamazônica" (BRASIL, 2019h).

DESENHO DE FORÇA DE BRIGADAS DE INFANTARIA DE SELVA NA AMAZÔNIA LEGAL

O Exército Brasileiro é parte integrante das Forças Armadas do Brasil, organizada sob a autoridade do Presidente da República e do Ministério da Defesa, com estrutura específica e bem definida de

capacidade de se fazer presente (mobilidade) por todo o território nacional de maneira que possa atender suas missões constitucionais.

Do ponto de vista territorial, o Exército Brasileiro se encontra espacializado em oito Comandos Militares de Área e por doze Regiões Militares, conforme o prescrito no Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999, alterado pelo Decreto nº 8.053, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de Área e de Regiões Militares no Exército Brasileiro, sob a gestão do Comando de Operações Terrestres (COTER) responsável por administrar o emprego dos meios e recursos humanos do Exército Brasileiro (Figura 4).

Figura 4 - Comandos Militares de Área e Regiões Militares no Brasil



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Os Comandos Militares de Área, são Grandes Comandos operacionais responsáveis pelo preparo, pelo planejamento de emprego e pelo emprego operacional da Força Terrestre, articulada na área estratégica sob sua jurisdição (Quadro 2), que enquadram os Grandes Comandos Operacionais - as Divisões de Exército (DE), que enquadram as brigadas ou são diretamente subordinadas aos Comandos Militares de Área, e Grandes Comandos Logísticos, Administrativos e Territoriais - as Regiões Militares (RM). A Força Terrestre conta com cinco Divisões de Exército e doze Regiões Militares (BRASIL, 2012).

Quadro 2 - Comandos Militares de Área e suas respectivas Regiões Militares

Comandos Militares de Área	Sede	Região Militar / sede	Jurisdição / estados
Comando Militar do Nordeste – CMNE	Recife (PE)	6ª - Salvador	Bahia e de Sergipe
		7ª - Recife	Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas
		10ª - Fortaleza	Ceará e do Piauí
Comando Militar do Oeste – CMO	Campo Grande (MS)	9ª - Campo Grande	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
Comando Militar do Planalto – CMP	Brasília (DF)	11ª - Brasília	Distrito Federal, os Estados de Goiás e do Tocantins, exceto a área do Bico do Papagaio, e a área do Triângulo Mineiro.
Comando Militar do Leste – CML	Rio de Janeiro (RJ)	1ª - Rio de Janeiro	Rio de Janeiro e do Espírito Santo
		4ª - Belo Horizonte	Estado de Minas Gerais, exceto a área do Triângulo Mineiro, e sede do Comando na cidade de Belo Horizonte
Comando Militar do Sudeste – CMSE	São Paulo (SP)	2ª - São Paulo	São Paulo
Comando Militar do Sul – CMS	Porto Alegre (RS)	3ª - Porto Alegre	Rio Grande do Sul
		5ª - Curitiba	Paraná e de Santa Catarina
Comando Militar da Amazônia – CMA	Manaus (AM)	12ª - Manaus	Amazonas
Comando Militar do Norte – CMN	Belém (PA)	8ª - Belém	Pará

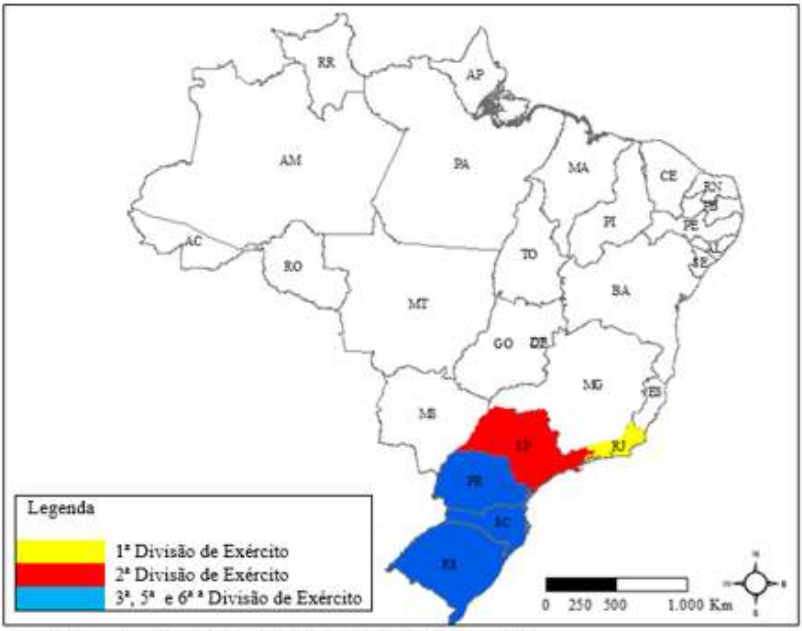
Fonte: Brasil (2019). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Dentro da estrutura Organizacional do Exército Brasileiro, as Divisões de Exército (DE), as brigadas e as artilharias divisionárias constituem-se como os Grandes Comandos Operacionais em tempo

de paz, em que as DE são constituídas por um número variável de grandes unidades, não necessariamente idênticas, e pela tropa divisionária, que compreende elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

As DE coordenam o emprego das brigadas que integram e, quando necessário, as reforça como meios ou com fogos para intervir no combate ou prolongar-lhes a ação, de característica de base divisória que recebe os meios, de apoio ao combate, necessários ao cumprimento de uma missão específica, geralmente de duração prolongada (BRASIL, 1989). As Divisões de Exército encontram-se subordinadas aos seus respectivos Comandados Militares de Área (Mapa 1).

Mapa 1 - Divisões de Exército



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A 1ª Divisão de Exército (1ª DE) está subordinada diretamente ao Comando Militar do Leste (CML), havendo um histórico referente à sua designação: em 1908, possuía a denominação de 1ª Brigada Estratégica; em 1915, foi chamada de 3ª DE; em 1921, ganhou mais uma denominação de 1ª Divisão de Infantaria. Em 5 de outubro de 1938, ocupou a sede definitiva na cidade do Rio de Janeiro, sendo que sua atual denominação de 1ª Divisão de Exército só surgiu em 1971 (BRASIL, 2019i).

A 2ª Divisão de Exército (2ª DE) encontra-se diretamente subordinada ao Comando Militar do Sudeste. Teve sua gênese em 1908, ano de criação da 2ª e da 5ª Brigadas Estratégicas, sediadas nas cidades de Curitiba (PR) e Aquidauana (MS) respectivamente, tendo sua denominação efetiva por meio do Decreto Reservado nº 01, de 11 de novembro de 1971, foi alterado para 2ª DE com sede na cidade de São Paulo (SP) (BRASIL, 2019j).

As 3ª,5ª e 6ª Divisões de Exército (3ª, 5ª e 6ª DE) encontram-se diretamente subordinadas ao Comando Militar do Sul. A 3ª DE teve sua origem a partir de 1908 na cidade de Santa Maria onde passou por sucessivas denominações enquanto 3ª Divisão de Infantaria do Exército Imperial que esteve sob o comando do bravo Brigadeiro Antônio de Sampaio, passando para a atual denominação a partir do ano de 1 de janeiro de 1972, com sede na cidade de Santa Maria (RS) (BRASIL, 2019l).

Por sua vez, a 5ª Divisão de Exército (5ª DE), criada por meio do Decreto nº 8.214 de 27 de março de 2014, é considerada atualmente a mais moderna do Exército Brasileiro, adotando a denominação histórica de "Divisão Marechal Bernardino Bormann" com sede na cidade Curitiba (PR) (BRASIL, 2019m).

Por fim, a 6ª Divisão de Exército (DE) teve sua reativação no dia 7 de fevereiro de 2020, por meio do Decreto Presidencial nº 9.965 de 8 de agosto de 2019, tendo novamente como sede a cidade de

Porto Alegre (RS). A 6ª Divisão de Exército tem um Grande Comando Operacional do Exército Brasileiro subordinado ao Comando Militar do Sul (BRASIL, 2019ii)

COMANDOS MILITARES DA AMAZÔNIA E DO NORTE

Esta subseção consiste em fazer breves considerações a respeito dos Comandos Militares de Áreas da Amazônia (Amazônia Ocidental) e do Norte (Amazônia Oriental), cujas origens remontam aos anos de 1956 e 2013 respectivamente, evidenciando o processo evolutivo e a capacidade de força do Exército Brasileiro na Amazônia Legal, com ênfase para a ampliação do Poder Militar no estado de Roraima, o que derivou a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva no ano de 1992 na cidade de Boa Vista (RR), e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS).

Comando Militar da Amazônia

No contexto da Amazônia Legal, em 1947 é criado por meio de Portaria Reservada do Ministro da Guerra nº 12-12, o Destacamento de Elementos de Fronteira (DEF), com sede na cidade de Manaus (AM), composto por elementos do 27º Batalhão de Caçadores (Manaus-AM) e da 3ª Companhia de Fronteira (Porto Velho/Território Federal Guaporé), no qual estava sob jurisdição da 8ª Região Militar (8ª RM).

A priori, sua missão era de coordenar e fiscalizar as atividades administrativas, disciplinares e de instrução e atender, se possível, as precisões de materiais das Companhias e Pelotões de Fronteira sediados, com responsabilidade as áreas de fronteira dos estados do Amazonas, Pará e dos antigos Territórios Federais do

Amapá, Roraima (então Rio Branco), Acre e Rondônia, então Guaporé, (BRASIL, 2019o).

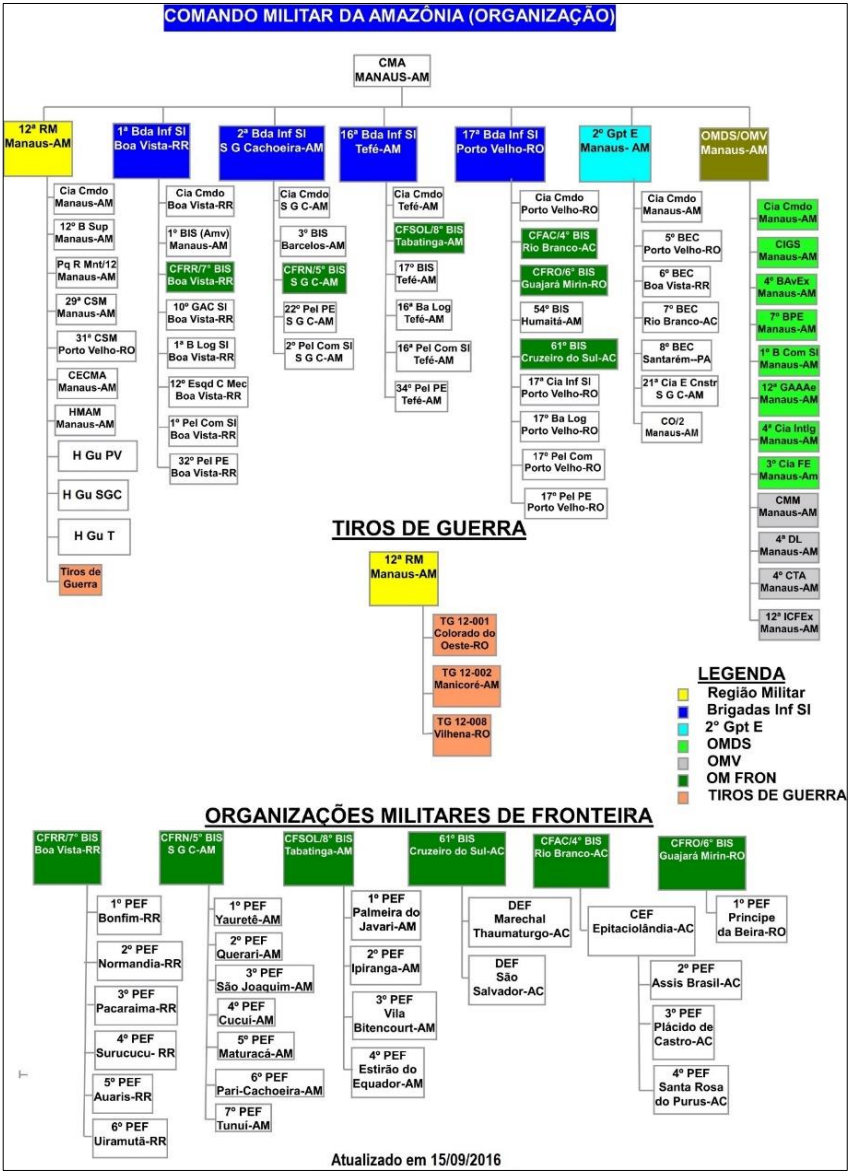
O Comando Militar da Amazônia (CMA) foi criado em 27 de outubro de 1956 por meio do Decreto nº 40.179, com sede na cidade de Belém (PA), com jurisdição sobre os elementos do Exército sediados nos estados do Amazonas, Pará, parte Norte de Goiás (a partir de Porto Nacional), parte do estado de Mato Grosso (município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia.

O Destacamento de Elementos de Fronteira (DEF) teve seu *status* modificado para Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF), em março de 1957, por meio do Decreto nº 41.186, passando a ser comandado por General-de-Brigada e, com isto, aumentando a capacidade militar na região, uma vez que o cargo de General traz consigo aumento de capacidade militar, bem como a possibilidade de aumento do Poder Militar para a região, mas permanecendo subordinado ao CMA/8ª RM (BRASIL, 2019w).

Na tentativa de melhor atender as recém-criadas Guarnições de Fronteira na parte Ocidental da Amazônia, em 17 de abril de 1969, o Comando do Exército Brasileiro transfere a sede do CMA da cidade de Belém (PA) para Manaus (AM); concomitantemente, também foi criada a 12ª Região Militar subordinada ao Comando do CMA. Sendo assim, ficaram ambos com sede em Manaus e o Comando da 8ª RM com sede em Belém (PA), permanecendo mantida:

> A responsabilidade de jurisdição do CMA sobre as duas Amazônias, [**...**] a Ocidental com o apoio administrativo e logístico da 12ª RM em Manaus-AM e a Oriental, com a 8ª RM, permanecendo em Belém-PA subordinada ao CMA, mas agora bem aliviada do encargo da grande Amazônia" (BRASIL, 2019n).

Figura 5 - Estrutura Organizacional do Comando Militar da Amazônia



Fonte: Brasil (2016).

Após a transferência da sede do CMA para Manaus, o General-de-Divisão Rodrigo Octávio Jordão Ramos foi nomeado como seu primeiro comandante, por meio do Decreto nº 64.366, de 26 de julho de 1968, exercendo tal cargo cumulativamente com o de comando da 12ª RM, tendo como sede, o quartel general do CMA/12ªRM do antigo quartel do GEF na cidade de Manaus (atual instalação do Colégio Militar de Manaus), a partir de 3 de julho de 1969 (BRASIL, 2019), dando início a um novo ciclo do Poder Militar na Amazônia.

Segundo Brasil (2019n), atualmente o CMA possui os seguintes Grandes Comandos: (i) 12ª RM em Manaus (AM); (ii) 1ª Bda Inf Sl em Boa Vista (RR); (iii) 2ª Bda Inf Sl em São Gabriel da Cachoeira (AM); (iv) 16ª Bda Inf Sl em Tefé (AM); (v) 17ª Bda Inf Sl em Porto Velho (RO); (vi) 2º Grupamento de Engenharia em Manaus (AM), e demais unidades e subunidades militares, com área de atuação e jurisdição corresponde ao território da 12ª RM, englobando quatro estados: Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, o que corresponde a uma área de 2.185.175,86 km^2 e 151 municípios (Figura 5).

No entanto, até o ano de 2013, o Comando Militar da Amazônia possuía ampla área territorial que englobavam as Amazônias Ocidental e Oriental, o que dificultava sua administração e operacionalização logística devido aos diversos aspectos geoespaciais e fisiográficos característicos dessa região, subdividiu em Comando Militar da Amazônia e do Norte.

No contexto de emprego operacional na Amazônia Ocidental, sobre a qual o CMA tem jurisdição, as particularidades do emprego da força são distintas para cada brigada de infantaria. Nesse sentido, para o caso de combate de delitos, são empregadas tropas que utilizam os meios fluviais e/ou aéreos, como é o caso da 2ª e 16ª Bda Inf Sl, em contraposição as 1ª e 17ª Bda Inf Sl, que são

mais vocacionadas para os deslocamentos terrestres, embora estejam preparadas para serem empregadas no meio fluvial e de selva.

Enquanto na Amazônia Oriental as particularidades de emprego da força, as 22ª e 23ª Bda Inf Sl são empregadas suas tropas para atuação na embocadura na baía do Guajará no litoral do Pará e do Maranhão e em ambientes marítimos, fluviais e de selva, bem como na atuação na embocadura na baía do Guajará no litoral do Pará e do Maranhão.

Comando Militar do Norte

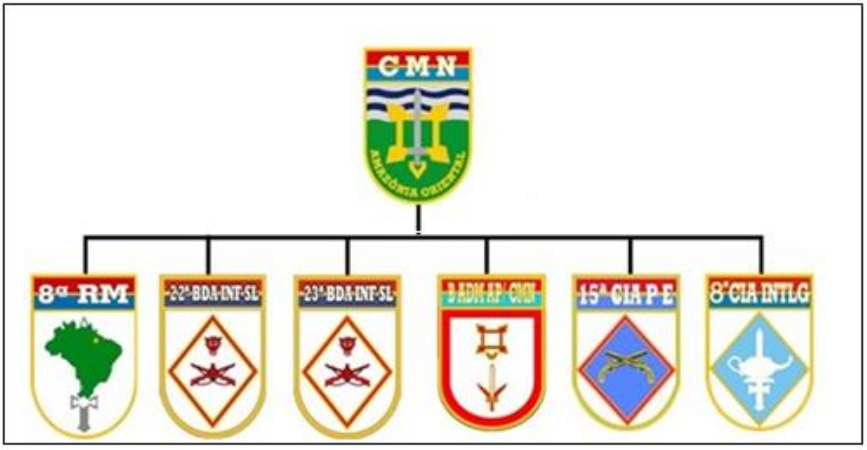
O Comando Militar do Norte (CMN) foi criado por meio do Decreto nº 8.053, de 11 de julho de 2013 (Figura 6), com sede em Belém (PA), que, de acordo com Brasil (2013), foi separado em definitivo da área do Comando Militar da Amazônia, recebendo a responsabilidade de segurança estratégica sobre a porção Oriental da Amazônia Legal, ocupando uma área de cerca de 1.722.000 km^2, tendo sob sua jurisdição o território da 8ª Região Militar, que compreende os estados do Pará, Amapá, Tocantins e parte do Maranhão, assim, rompendo o vínculo direto do CMA, conforme palavras proferidas pelo então Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, em 26 de junho de 2013:

> As mudanças que marcaram a história recente do país provocaram o estabelecimento de diferenças marcantes entre as realidades econômicas, sociais, ambientais, políticas e estratégicas das Amazônias Ocidental e Oriental. Em consequência, como reconhecimento da importância de Belém e de sua área de influência, ativa-se, nesta data, o Comando

> Militar do Norte. Rompem-se, portanto, os vínculos que por séculos identificaram e uniram toda a estrutura militar terrestre na Amazônia (BRASIL, 2013).

O CMN, durante operações, atua com meios em sua maioria terrestres, porque atua praticamente eixado sobre rodovias e ferrovias, sendo de responsabilidade da 23ª Bda Inf Sl atuar com suas tropas neste cenário, bem como com emprego por meios marítimos, fluviais e em selva, ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, no estado do Amapá. Enquanto a 22ª Bda Inf Sl atua na embocadura na baía do Guajará (Brigada da Foz), no litoral do Pará e do Maranhão, além de atuação em ações de Garantia da Lei e da Ordem, proteção de infraestruturas estratégicas, como as grandes hidroelétricas, combate à exploração ilegal de recursos naturais (BRASIL, 2019q).

Figura 6 - Organograma do Comando Militar do Norte (CMN)



Fonte: Brasil (2019a).

Desde sua criação, o CMN vem cumprindo sua missão constitucional juntamente com a sociedade autóctone, sempre na busca de cooperação com o desenvolvimento da região, notadamente por meio de ações subsidiárias com a participação de inúmeras operações na faixa de fronteira, principalmente no combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais, aliado à sociedade e demais Forças Armadas (Marinha e Força Aérea do Brasil) e diversos órgãos governamentais.

TERRITORIALIDADE DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

É imperativo que se faça breves considerações a despeito do conceito de território, uma vez que este possui entendimentos diversificados nos diferentes campos de pesquisa, antes de buscarmos entendimentos sobre a territorialidade da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Sendo assim, Raffestin (1993, p. 143) anota que o território, primeiramente, não é espaço, pois este é anterior àquele. Ou seja, o território forma-se a partir do espaço, "é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço".

Enquanto para Moraes (2005), o território é o espaço apropriado que não pode ser definido fora da relação sociedade-espaço. Qualifica-se por ser adequado, o que expede à ideia de poder, logo, de soberania, sendo ele área de exercício de poder, ou seja:

> O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem

> de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica, que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva (MORAES, 2005, p. 59).

Ademais, o território constitui-se por meio da relação entre a sociedade e suas ações e relações territoriais que produzem seus próprios produtos relacionados à segurança e defesa do Estado-Nação, sendo estas relações de poder que transitam na concretização dos limites territoriais ao mesmo tempo em que admitem atividades comuns das ações territoriais, conforme anotado Saquet (2007):

> o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (SAQUET, 2007, p. 12).

Nesse ínterim, de acordo com Santos e Cury (2015) o processo pelo qual se forma a territorialidade é permeado por meio de ações socioeconômicas e políticas que permitem interação entre os distintos territórios num espaço geográfico dinâmico, envolvendo trocas mútuas e as complexas formas de interação constituídas entre os povos, originando a formulação estratégica de segurança adjacente pelo poder central de cada Estado.

Assim sendo, o primeiro espaço territorial ocupado pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl), enquanto Grupamento

de Unidades-Escola (GUEs), remonta aos 21 dias do ano de 1945 na Vila Militar na cidade do Rio de Janeiro (RJ), que possuía como missão, *a priori*, atender às necessidades de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização de Realengo, bem como realizar o adestramento com o equipamento e o armamento que estavam sendo recebidos pelo Exército, após o término da 2ª Grande Guerra (BRASIL, 2019c).

A necessidade da presença militar no território brasileiro para que se possa cumprir sua missão constitucional e as atribuições subsidiárias pertinentes às Forças Armadas, decorre de estratégia de presença fundamentada em normas regimentais da Doutrina Militar de Defesa, quer seja pela presença física, ou mesmo pela mobilidade estratégica por meio da capacidade de se fazer presente em qualquer parte do território nacional pelo rápido deslocamento de tropas (BRASIL, 2007).

Sendo assim, presume-se que o Poder Militar Terrestre (Exército Brasileiro) tem a capacidade de promover duas territorialidades: uma funcional, destinada à atividade-fim operativo-combativa prevista na Constituição e, a outra institucional, voltada para o aspecto sociopolítico. Portanto, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva atende as duas territorialidades, a funcional, visto que possui capacidade combativa com emprego de tropas, enquanto suas ações se voltam enfaticamente para a territorialidade institucional, atrelada à competência organizacional, ou seja, o agir no sentido de solidificar os níveis de confiança notória no Exército Brasileiro e a consequente inibição de iniciativas contrárias às Forças Armadas (GONZALES, 2008).

No particular das Forças Armadas e, especificamente, do Exército Brasileiro, a territorialidade baseia-se, *a priori*, nas estratégias militares atreladas à própria história do país e no *mister* de manutenção territorial. Sendo assim, segundo Gonzales (2008), a

territorialidade promovida por uma instituição refletirá nas práticas e ações que estas promovem, movidas por estratégias e políticas que tendem, em última instância, o seu fortalecimento e sua permanência espacial-temporal.

Portanto, a existência da 1ª Bda Inf Sl atende potencialmente à territorialidade institucional, visto que o aspecto combativo (militar) é bastante patente, bem como o aspecto preventivo (sociopolítico) tem forte proeminência[3] por meio de ações conjuntas entre entes estatais e seguimentos da segurança e da defesa do território nacional, em particular para o estado de Roraima.

Ulteriormente, em primeiro de janeiro de 1969 foi desativada a GUEs, permitindo que o Exército Brasileiro criasse várias brigadas de infantaria, dentre elas, a 1ª Brigada de Infantaria com sede na Vila Militar na cidade do Rio de Janeiro (RJ), passando a denominar-se 1ª Brigada de Infantaria Motorizada a partir de primeiro de janeiro de 1975, sendo transferida no mesmo ano para a Cidade Imperial de Petrópolis. Em janeiro de 1991, a Brigada de Petrópolis foi transferida para a cidade de Boa Vista (RR), na qual passou a denominar-se de 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada *Lobo D'Almada)*, criada por meio de um Decreto Presidencial, em 13 de novembro de 1991, e passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992 (Figura 7).

A 1ª Bda Inf Sl possui denominação histórica de Brigada "*Lobo D'Almada*" e o seu estandarte histórico foram concedidos por meio da Portaria Ministerial nº 202, de 23 de abril de 1993, sendo uma homenagem ao Brigadeiro português Manoel da Gama Lobo D'Almada, que chegara ao Brasil em 1870 com a missão de comandar a Fortaleza na atual cidade de Macapá (AP), além de

[3] Salienta-se que o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui na sua composição organizacional oito Organizações Militares Diretamente Subordinadas, além do apoio estratégico do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC).

realizar obras de fortificação que garantissem a soberania portuguesa em regiões ambicionadas pelos franceses (BRASIL, 2019c).

Figura 7 - Fotos históricas da 1ª Brigada de infantaria de Selva



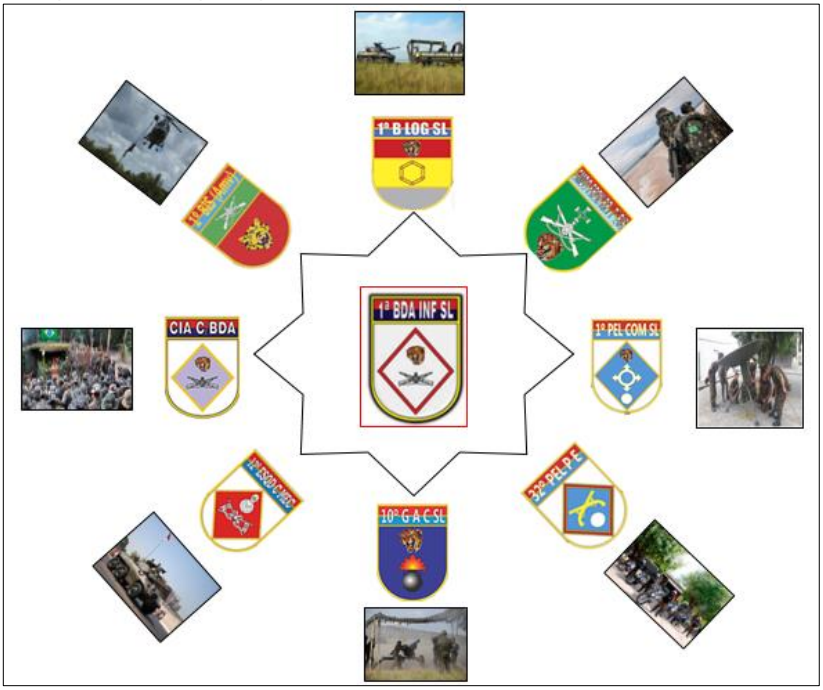
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Atualmente, a 1ª Bda Inf Sl é constituída por oito unidades militares espacializadas no estado de Roraima, todas concentradas na cidade de Boa Vista no Setor Militar Marechal Rondon, localizado no bairro 13 de setembro (Figura 8). A exceção é o 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv) que possui sede na cidade de Manaus (AM).

Ademais são: (i) Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf Sl); (ii) Comando de Fronteira Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS); (iii) 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC Sl); (iv) 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log Sl); (v) 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec); (vi) 1º Pelotão de

Comunicações de Selva (1º Pel Com Sl) e (vii) 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE).

Figura 8 - Organograma da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: Brasil (2019d). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

ORGANIZAÇÕES MILITARES DIRETAMENTE SUBORDINADAS À 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

A presente seção visa realizar breves considerações a despeito dos processos geohistóricos de criação das unidades militares que compõem o quadro organizacional da1a Brigada de

Infantaria de Selva, uma vez que tais processos decorrem da conjugação entre o tempo e o espaço por meio de acontecimentos históricos e geopolíticos voltados para a Amazônia Legal, notadamente para porção mais setentrional do Brasil, com o propósito de ampliar o Poder Militar a partir da presença e ocupação militar no estado de Roraima.

.

Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf Sl)

A origem da Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf Sl) se confunde com a história da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que tem suas raízes no Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) com sede na Vila Militar na cidade de Petrópolis (RJ), em 1945. Em 1972, o Grupamento de Unidades-Escola (GUEs) teve sua denominação modificada para 1ª Brigada de Infantaria Motorizada sendo, consequentemente, criada a Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Brasil, 2019o) (figura 9).

Figura 9 - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A origem da Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia C 1ª Bda Inf Sl) deriva do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 1991, que desativou a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada na cidade de Petrópolis (RJ). Desse modo, foi criada a Cia C 1ª Bda Inf Sl por meio da Portaria Ministerial nº 084-Res, de 22 de novembro de 1991.

1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv)

Sua origem histórica deriva da Província de Mato Grosso, com a criação da Companhia de Pedestres em 30 de agosto de 1831, que no mesmo ano transformou-se em Corpo de Ligeiros de Mato Grosso. Em 1865 possuía a denominação de 19° Batalhão de Caçadores até se transformar em 15° Regimento de Infantaria sediado em Nioac (MT), em 4 de janeiro de 1908. Em 23 de fevereiro de 1915 foi transferido para a cidade de Manaus (AM) com a denominação de 45° Batalhão de Caçadores (BRASIL, 2019p).

Passou a denominar-se de 27° Batalhão de Caçadores em 11 de dezembro de 1919, sendo a primeira unidade militar de infantaria na Amazônia, permanecendo por quase 50 anos nas mesmas instalações (atualmente sede do Colégio Militar de Manaus) até fevereiro de 1962, quando teve sua sede transferida para o Bairro São Jorge, nas atuais instalações. Em 1969, por meio do Decreto nº 65.134, de 11 de setembro, foi transformado em 1º Batalhão de Infantaria de Selva, sendo a partir de 1 de janeiro de 2005 renomeado como 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (BRASIL, 2109p).

O 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Amv (Figura 10) é a única unidade militar do Exército Brasileiro que possui característica de emprego Aeromóvel, e de atributos de uma Organização Militar de Arma de Infantaria, apta a operar em área de

selva sob quaisquer condições meteorológicas, bem como uma unidade de emprego peculiar em Operações Aeromóveis na selva, e em missões específicas dentro do contexto de Força de Ação Rápida, estando em condições de ser empregadas para cumprir qualquer missão na região amazônica, aproveitando-se da Mobilidade Tática de uma Força Aeromóvel (BRASIL, 2109p).

Figura 10 – 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Amv)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

O fato do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) encontrar-se sediado na cidade de Manaus (AM), é devido ao imperativo de compor o quadro estrutural da 1ª Brigada de Infantaria de Selva criada em 1992, havendo a necessidade de mais um batalhão de infantaria além do existente (CFR/7º BIS), deste modo, em virtude de déficits orçamentários por parte do Comando do Exército, foi incorporado à estrutura organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo esta a única Unidade Militar com sede fora do estado de Roraima.

Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS)

O Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva está sediado em Boa Vista (RR) desde a década de 1960.

No entanto, sua historiografia remonta ao ano de 1752 em que sua missão, até então, era defender as terras das investidas de espanhóis, ingleses e holandeses, ambiciosos pela riqueza da região. Com isto, foi construído o Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778).

Com a desativação do Forte em 1900, houve a necessidade de um novo dispositivo militar que originou o 1º Pelotão de Fronteira, subordinado ao Grupamento de Elementos de Fronteira na cidade de Manaus (AM), que teve sua evolução para 9ª Companhia de Fronteira (9ª Cia Fron) por meio do Decreto nº 50.480, de abril de 1961. Em 23 de maio de 1969 foi criado, na guarnição de Boa Vista, o Comando de Fronteira Roraima e, em setembro daquele ano, a 9ª Cia Fron evoluiu para o 2º Batalhão Especial de Fronteira (BRASIL, 2019).

Sua demolição histórica de "Batalhão Forte São Joaquim" foi concedida em 12 de julho de 1988, por meio da Portaria Ministerial nº 654 concedida ao Comando de Fronteira Roraima / 2º BEF, e sua atual denominação de Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva foi concedida em janeiro de 1992, ambos sob um mesmo Comando (Figura 11).

Figura 11 – Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A Arma de Infantaria, especialidade do Comando de Fronteira Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva, possui como

característica essencial a aptidão para combater a pé, em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas, podendo utilizar-se de variados meios de transporte (aéreo, aquático e/ou terrestre), tendo como missões principais a conquista e a manutenção do terreno, aproveitando a capacidade do infante de progredir em pequenas frações, difíceis de serem detectadas em todos os tipos de terreno BRASIL, 2019a).

Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC Sl)

O 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC Sl), figura 12, derivou da necessidade do Exército Brasileiro em criar uma unidade militar no Nordeste brasileiro em meados da Segunda Grande Guerra diante da ameaça nazifascista em 1942. Para tanto, criou-se o II/5ª Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria cujas instalações provisórias foram instaladas na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em janeiro do mesmo ano, foi deslocado para a cidade de Fortaleza (CE), sendo renomeando como 10º Grupo de Artilharia Transportada a partir de 1946. Depois de passar por várias denominações, em 2002 foi transferido para a cidade de Boa Vista (RR) com atual denominação (BRASIL, 2019t).

Figura 12 - 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHOORAS, 2019).

A Arma de Artilharia de Campanha é o principal meio de apoio de fogo da Força Terrestre, possuindo unidades e subunidades que podem ser dotadas de canhões, obuses, foguetes ou mísseis, tendo por missão apoiar as armas-base (Infantaria e Cavalaria) pelo fogo, destruindo ou neutralizando os alvos que ameacem o êxito da operação (BRASIL, 2019a).

1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log Sl)

Oriundo da 1ª Base Logística (1ª Ba Log), teve sua criação por meio da Portaria Ministerial nº 085 - Reservada, de 25 de outubro de 1993, com sede em Boa Vista (RR), tendo como missão a prestação de apoio logístico às atividades administrativas e operacionais da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl). No entanto, com a finalidade de implantar um novo e efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre, ou seja, prestar o apoio logístico na medida certa e no tempo oportuno (prontidão logística), o Comandante do Exército resolveu transformar a 1ª Ba Log em 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log Sl), a contar de 1º de fevereiro de 2014, por intermédio da Portaria nº 026, de 16 de janeiro de 2014 (Figura 13).

Figura 13 – Comanda do 1º Batalhão Logístico de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Primeiramente, a 1ª Base Logística ficou instalada em dependência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, tendo sido posteriormente transferida para o seu atual aquartelamento em 1995, ocupando provisoriamente o Pavilhão do Depósito de Suprimento Classe I, pois nessa época ainda estava em construção. A transformação de 1ª Ba Log para 1º B Log Sl deriva do Projeto de Transformação, que constou do Planejamento Estratégico do Exército (PEEx) 2015-2018.

O quadro de pessoal do1º B Log Sl deriva, notadamente, do Quadro de Material Bélico que realiza o apoio logístico voltado para a manutenção do material bélico, principalmente, dos armamentos, das viaturas e das aeronaves, incluindo o suprimento de peças e conjuntos de reparação destinados a esses materiais, bem como cuidando do suprimento de combustíveis, óleos, graxas e lubrificantes para motores e máquinas (BRASIL, 2019a).

Assim sendo, coerente com a concepção de transformação do Exército Brasileiro, o 1º B Log Sl está organizado de modo a atuar no contexto das operações no amplo espectro, segundo as bases para a transformação da Doutrina Militar Terrestre, para que, em quaisquer situações, sejam implementados, dentre outros, os conceitos de "flexibilidade", "adaptabilidade", "sustentabilidade", "elasticidade", "modularidade", "organização por tarefa", "centralização das estruturas" e a "descentralização seletiva dos meios disponíveis", com o uso intensivo de Tecnologia da Informação e Comunicações (BRASIL, 2019q).

12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec)

A 25 de março de 1943, ainda quando fazia parte do 15º Regimento de Cavalaria Independente na cidade de Castro (PR), o então III Esquadrão de Fuzileiros recebera ordem para desloca-se

para Palmas (PR). No decorrer do tempo, passou por modificações em sua denominação: para II Esquadrão de Fuzileiros do 2º Regimento de Cavalaria (1946), e em 1957 para 2º Esquadrão Independente de Cavalaria (BRASIL, 2019r).

O 2º Esquadrão Independente de Cavalaria foi extinto em 18 de agosto de 1982 e suas atividades foram encerradas em 31 de dezembro do mesmo ano. Em portaria de mesma data, criou-se o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec) com sede na cidade de Boa Vista (RR), figura 14, diretamente subordinado ao Comando Militar da Amazônia, concomitantemente recebendo o acervo histórico do extinto 2º Esquadrão Independente de Cavalaria.

Figura 14 – 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Justifica-se a presença de viaturas blindadas sobre rodas em virtude do estado de Roraima ser composto, também, pela fisiografia de savanas (cerrados), que correspondem à formação de vegetação rasteira, em que se destacam as gramíneas, ervas, arbustos e árvores esparsas sendo representadas por cerca de 39.800 km^2 estabelecidos no nordeste do estado (BARBOSA; MIRANDA, 2005). Esta composição se assemelha às da Região Sul do Brasil onde se concentram grande parte das Unidades Militares de Cavalaria Blindada e Mecanizado do Exército Brasileiro, sendo este fator determinante para criação e transferência deste tipo de unidade para a cidade de Boa Vista.

As unidades de Cavalaria podem estar equipadas por viaturas Blindadas, Mecanizadas, de Guardas e de Carros de Combate, o que lhe proporciona poder de mobilidade e, consequentemente, vantagem como instrumento multiplicador de forças favorecendo sua atuação no terreno, no caso específico do 12º Esqd C Mec, este está dotado por viaturas blindadas, além de viaturas leves, média e caminhões.

1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com Sl)

A origem da criação do 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com Sl) está em consonância com a Política de Nacional Defesa (PND) para integrar e garantir a soberania nacional, com data de criação em 1º de julho de 2004, por meio da Portaria do Comandante do Exército nº 183, de 20 de abril de 2004 (Figura 15), com sede na cidade de Boa Vista (RR), tendo como missão precípua de instalar, explorar e manter o Sistema de Comunicações, Comando e Controle da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, proporcionando as ligações necessárias aos escalões mais altos que exercerão a coordenação e o controle de seus elementos subordinados antes, durante e após as operações (BRASIL, 2019s).

Figura 15 - Pavilhão de Comando do 1º Pelotão de Comunicações de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE)

O 32º Pelotão de Polícia do Exército (32º Pel PE) se origina do 21º Pelotão de Polícia do Exército, o qual se encontrava subordinado a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada na cidade de Petrópolis (RJ) em 1975 (Figura 16). Sua criação originou-se por meio da Portaria nº 067-Res, de 22 de novembro de 1991, em que suas instalações iniciais eram no Comando Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, tendo mudado de sede em 1993, após conclusão das primeiras instalações da recém-criada 1ª Brigada de Infantaria de Selva (BRASIL, 2019e).

Figura 16 - 32º Pelotão de Polícia de Exército



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

As Polícias do Exército são basicamente constituídas por militares da Arma de Infantaria, na qual se define com aquela que possui o combatente a pé, que pode deslocar-se por qualquer tipo de região, bem como aqueles que possui suas especializações, tais como: de selva, blindado, de montanha, paraquedista, Polícia do Exército e muitas outras, que estão ilustradas neste site (BRASIL, 2019a).

CAPÍTULO 2

Análise organizacional e de gestão da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

ANÁLISE ORGANIZACIONAL E DE GESTÃO DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Para Oliveira (2004), uma estrutura organizacional se trata de um instrumento primordial para o desenvolvimento e para a implementação do plano organizacional em instituições, estando delineada com os objetivos e estratégias instituídas, ou seja, a estrutura é uma ferramenta básica para alcançar as situações almejadas. Para Cury (2005), ressalta três modelos de estruturas: o moderno, o contemporâneo e o tradicional.

A estrutura moderna é marcada por um quadro sistêmico, comportamental, orgânico, oriunda da arquitetura behaviorista, intensamente influenciada pelas ciências do comportamento; a estrutura contemporânea, aquela que está sob a influência de tempos mais irrequietos que obrigam as organizações a procurar parceiras externas a fim de solucionar problemas globais e pontuais; e, os modelos de estruturas tradicionais, sendo aqueles (geralmente) deveras burocráticos, originando a mecanização das tarefas e uma ênfase na praticidade classificados em quatro principais modelos (CURY, 2005).

Para os autores Costa, Souza e Fell (2012), constitui-se uma das quatro estruturas principais a denominada de estrutura linear ou militar, que consiste numa estrutura que ressalva bem a demanda da autoridade militar e da liderança como acontece na caserna[4], com um controle inflexível e totalmente limitado pela autoridade, o que dificulta a participação dos colaboradores que não tem competências especializadas:

[4] Palavra de origem francesa, *caserne*, do francês provençal, que significa habitação de soldados, dentro quartel ou praça fortificada (ALMEIDA, 2006, p. 31).

> Na estrutura linear ou militar as principais vantagens são: fácil transmissão de ordens; definição dos deveres; decisões rápidas; e baixo custo de administração. As desvantagens são: organização rígida; sobrecarga da direção; exigências de chefes excepcionais; desfavorece o espírito de equipe e com excessiva centralização (CURY, 2005, p. 228).

Como modelo organizacional, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva pode se considerar como um modelo de gestão mecanicista, pois possui características de especializações nas rotinas de trabalhos com atribuições determinadas de tarefas específicas baseada em hierarquia e disciplina, centralização de trabalhos e com padrões definidos fundamentados em símbolos de *status* de poder.

Para Medeiros *et al*. (2011), nas organizações mecânicas as atividades são divididas em tarefas separadas por especialidades e melhor se adaptam ao ambiente estável, centradas e deveras evidente útil como forma de garantir a hierarquia de autoridade, "a organização possui muitas regras, regulamentos e controles. A variabilidade humana e sua personalidade são traduzidas como fonte de ineficiências e inconsistências. Organização do tipo conservadora" (MEDEIROS *et al*. 2011, p. 6).

A missão institucional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva pode ser extraída por analogia das missões das Forças Armadas prevista na Constituição Federativa do Brasil de 1988, na qual define em seu Capítulo II, artigo nº 142, que regulamenta e dispõe sobre a missão e a composição das Forças Armadas do Brasil, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, como sendo "instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem" (BRASIL, 1988, p. 90).

A visão institucional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva é identificada na concepção ideal da Constituição Federativa do Brasil de 1988, bem como nas Leis Complementares nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, e nº 117, de 2 de setembro 2004, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cujo objetivos e expectativas é ser "reconhecida no âmbito do Comando Militar da Amazônia, até janeiro de 2022, como uma Guarnição de: elevado nível de prontidão operacional e logística; competência na gestão administrativa; bem-estar do público interno; imagem positiva na sociedade roraimense e responsabilidade social e ambiental" (BRASIL, 2109c).

A projeção de uma missão dinâmica ou de uma visão futura sobre a importância da 1ª Brigada de Infantaria de Selva para a sociedade roraimense apresenta uma gestão fundamentada em rotinas planejadas classificadas como modelo burocrático, "por justamente comportar racionalmente uma divisão de trabalho e uma coordenação das atividades com base em sistemas hierárquico-burocráticos onde estão definidas as relações de autoridade-subordinação" (SENHORAS, 2014, p. 47).

Os valores, os deveres e a ética militar do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva estão alicerçados em conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam, constituindo-se em direções morais que devem pautar o comportamento do profissional militar e que representam o grau de importância atribuído, subjetivamente, às pessoas, aos conceitos ou aos fatos; não sendo somente referências inatas, mas aprendidas, variando de acordo com a sociedade, a cultura ou a época, fundamentadas notadamente no: patriotismo; civismo; fé na missão do Exército Brasileiro; amor à profissão; espírito de corpo e no aprimoramento técnico-profissional (BRASIL, 2002).

O entendimento para fundamentação teórica do modelo de gestão burocrática encontra apoio nas pesquisas de Weber (1999). Este assinala que a burocracia surge como um arcabouço imediato entre interesses dos políticos e das sociedades e que se baseia como tipo ideal de seu trabalho na racionalização, divisão do trabalho e aperfeiçoamento dos meios (processos) para a consecução de determinados fins público.

PERFIL ORGANIZACIONAL DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Esta sessão tem como objetivo apresentar as características institucionais do modelo de gestão e do funcionamento do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva sediada em Boa Vista (RR) por meio de percepção de metáforas[5] organizacionais sob leitura diagnóstica, o que permitiu identificar um perfil organizacional de combinação híbrida de metáforas organizacionais de Sistema de Máquinas e Sistema Aberto de Governo, de acordo com as imagens organizacionais propostas por Morgan (1996).

A disposição organizacional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas é caracterizada por uma estrutura híbrida, com base na tipologia organizacional proposta por Mintzberg (2003), permeada por propriedades de uma burocracia mecânica em razão da padronização dos processos de trabalho e de uma burocracia profissional devido aos processos de descentralização horizontal e vertical de trabalho.

[5] "Metáforas são teorias ou arcabouços conceituais [ou] fornecem [...] uma estrutura para a ação [ou] são fatores intrínsecos ao processo de imaginização através do qual as pessoas podem representar ou 'descrever' a natureza da vida organizacional" (MORGAN, 1996, p. 343; 349).

Observa-se a existência de uma visão rotineira mecanicista de repetição de processos no Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva que se reflete numa organização burocrática parcialmente estática em termos de mudanças institucionais, e de forte hierarquização profissional com grande rotatividade entre os militares, notadamente por oficiais, subtenentes e sargentos de escolas de formação, que geram uma organização dinamizada por muitas regras e regulamentos de controle.

No entanto, ressalva-se que, além dos militares de escolas de formações que auxiliam nesse dinamismo organizacional, existem aqueles militares pertencentes ao Quadro Especial (QE) originários do serviço militar obrigatório que ascenderam funcionalmente por tempo de serviço até adquirem estabilidade após dez anos. Estes, atualmente pertencem ao Círculo de Subtententes e Sargentos, Cabos e Soldados, que em grande parte são considerados como a "memória viva" de Organizações Militares em todo o Brasil, pois permanecem nas organizações sem direito a movimentações nem perspectiva de realizarem cursos de qualificação, uma vez que a Força não regulamenta cursos específicos, mas exercem funções (em alguns casos) além do normatizado.

O perfil organizacional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva como organização complexa e híbrida em decorrência de sua imagem projetada, tanto como um Sistema Fechado de Máquinas quanto um Sistema Aberto de Governo, fundamenta-se na caracterização das cinco dimensões organizacionais (Quadro 3) que assentam o seu funcionamento: estrutura, pessoas, tarefas, ambiente e tecnologia (CHIAVENATO, 2014; MAXIMIANO, 2000).

Quadro 3 - Dimensões organizacionais do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Estrutura	Estrutura física caracterizada tradicionalmente desde 1992 com infraestruturas novas e/ou conservadas em termos de salas e mobiliário no pavilhão de comando. A partir dos anos seguintes foram construídas novas instalações e anexos em ambos os casos com infraestrutura física plenamente funcional para a prestação do serviço público.
Pessoas	Pirâmide hierárquica horizontalizada, marcada por rotatividade entre militares oriundos de escolas de formações e pela prestação do serviço militar obrigatório, além de militares estabilizados (Sgt, Cb/Sd) que permanecem nas OM. A dinâmica de funcionalidade é caracterizada por uma fragmentação do poder em função da centralização da tomada de decisões em escalões superiores (Oficiais).
Tarefas	As missões operativo-combativa como atividade-fim desenvolvida de modo coordenado pelo núcleo operacional (Comandante da Base Administrativa e chefes de seções), por meio de procedimentos de rotina técnica, burocrática e operacional, os quais são respaldados por legislação específica através de planejamento estratégico e operacional originárias de escalão superior (geralmente do Comando Militar da Amazônia).
Ambiente	Tanto o sistema fechado quanto o sistema aberto da 1ª Bda Inf Sl é constituído por uma pluralidade de *stakeholders*, estando presentes tanto no ambiente interno (militares da dinâmica funcional intermediária e assessoria de apoio) quanto no ambiente externo (força extraorganizacional).
Tecnologia	Caracterizada pelos equipamentos tecnológicos de comunicações, transporte, engenharia, saúde, intendência, segurança e informática, que atendem perfeitamente as demandas da 1ª Bda Inf Sl e de suas OMDS, salvo em casos esporádicos devido ao fato de materiais obsoletos (blindados sobre rodas, fuzis e pistolas).

Fonte: SENHORAS (2017). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Diante do acima exposto, faz-se pertinente buscar a compreensão das partes que compõem o sistema complexo do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva que incidirá nas análises das dimensões: estrutura, tarefas, pessoas, ambiente e tecnologia, uma vez que é a partir destas dimensões que se pretende identificar as características de funcionamento desta organização em suas interações dinâmicas positivas e de oportunidade de melhorias para cada subsistema de ações.

Análise da dimensão estrutura

Comumente, as abordagens da dinâmica dos elementos estruturais organizacionais são analisadas a partir de uma caracterização humanística da pirâmide hierárquica e do

organograma de cargos, o que possibilita ampla análise de temas diversos. No entanto, no Exército Brasileiro, por se tratar de uma instituição complexa com organizações militares espacializadas por todo território nacional, tais como unidades militares operacionais, escolas de ensino, hospitais, museus, órgãos setoriais, dentre outros, há necessidade que se faça padronizações pelo fato de existir grandes atividades realizadas nestas repartições/dependências (CRUZ, 2006).

Portanto, no que concerne às atividades administrativas do Exército, estão fundamentadas em dois regulamentos distintos: o Regulamentos Interno dos Serviços Gerais (RISG ou R1) e o Regulamento de Administração do Exército (RAE ou R3). No primeiro estão prescritas todas as atividades da vida vegetativa e dos serviços gerais das Organizações Militares, estabelecendo normas relativas às atribuições, às responsabilidades e ao exercício das funções de seus integrantes, e, no segundo, estão estabelecidos os preceitos gerais para as atividades administrativas do Exército Brasileiro.

No caso específico do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, trataremos da dimensão humanística da estrutura organizacional na seção pertinente a dimensões pessoas e tarefas, razão pela qual o enfoque da análise estrutural se inclinará tão somente sobre a infraestrutura física da organização partindo de sua efetivação no ano de 1992, caracterizada por infraestruturas de boa qualidade e de suporte composta por um pavilhão de Comando e dependências anexas (Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva; 32º Pelotão de Polícia do Exército; 1º Pelotão de Comunicações de Selva; Corpo da Guarda; posto de combustíveis; garagens em geral; refeitórios de Oficiais; Subtenentes e Sargentos; Cabos e Soldados, dentre outras).

Análise da dimensão pessoas

Nesta dimensão, nota-se que os recursos humanos que trabalham no Comando da 1ª Bda Inf Sl se relacionam entre si no exercício de quatro funções por meio de uma dinâmica de cúpula estratégica, núcleo operacional, linha intermediária e assessoria de apoio, caracterizadas por uma fragmentação hierarquizada do poder (MINTZBERG, 2008), uma vez que existe uma pirâmide funcional de trabalho relativamente compacta e segmentada por cargos com funções muito específicas (Quadro 4).

Ainda segundo Mintzberg (2003), a cúpula estratégica destina-se a assegurar que a organização cumpra suas missões com eficácia atendendo às necessidades daqueles que controlam e detém o poder sobre elas, estando diretamente conectada ao núcleo operacional pela cadeia intermediária que possui autoridade formal (a linha intermediária), sendo representados pelo Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e seu Estado-Maior.

O núcleo operacional é a parte primordial que envolve a burocracia profissional, a qual apresenta tarefas literalmente definidas e com ênfase na padronização, sendo representado pelos Comandantes da Base Administrativa, Companhia de Comando e chefes de seções do Comando da 1ª Bda Inf Sl.

A linha intermediária está ligada diretamente à estrutura do núcleo operacional por meio da formalidade da cadeia de comando, representados pelos oficiais superiores e subalternos que desempenham papel fundamental na supervisão direta das atividades rotineiras e de instruções.

Quadro 4 - Quadro hierárquico e funcional do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Função	Posto/Graduação	Dinâmica funcional
Comandante	General-de-Brigada	Cúpula estratégica
Chefe Estado-Maior	Coronel	
Ajudância Geral	Oficias superiores (Coronéis, Tenentes-coronéis e Majores)	Núcleo operacional
Chefe 1ª Seção (E1)		
Chefe 2ª Seção (E2)		
Chefe 3ª Seção (E3)		
Chefe 4ª Seção (E4)		
Chefe 5ª Seção (E5)		
Chefes de subseções	Oficiais intermediários e subalternos (Capitães, 1° e 2° Tenentes	Intermediaria
Auxiliares	Subtenente	Assessoria de apoio
	1° Sargento	
	2° Sargento	
	3° Sargento	
	Cabo	
	Soldados	
	Servidores civis	

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Por fim, a Assessoria de Apoio representa as unidades ou divisões agregadas ao corpo da organização, tendo por finalidade desenvolver as atividades especializadas para a instituição e, sendo representada por militares que receberão e cumprirão as missões específicas, notadamente pelas praças (Subtenente, Sargentos, Cabos e Soldados).

O quadro de pessoal do Comando da 1ª Bda Inf Sl, bem como em toda Força Terrestre, é definido de acordo as atribuições, as necessidades de suas unidades e sua distribuição pelo território nacional estabelecido por lei, sendo atualizado anualmente por meio de decreto. Sua última atualização ocorreu através do Decreto nº 9.632, de 26 de dezembro de 2018, que distribui o efetivo de pessoal militar do Exército em tempos de paz para o ano de 2019.

Segundo Brasil (2018), o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, juntamente com suas Organizações Militares

Diretamente Subordinadas, possuem um efetivo de 3.300 militares entre homens e mulheres, sendo que: 800 estão atuando na cidade de Manaus no 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, 400 nos seis Pelotões Especiais de Fronteira (1º PEF em Bonfim; 2º PEF em Normandia; 3º PEF em Pacaraima; 4º PEF em Surucucu; 5º PEF em Auaris e 6º PEF em Uiramutã) e os demais militares atuando nas mais diversas Organizações Militares em operações, entre elas a Operação Acolhida.

Sendo assim, a dimensão de pessoas do Comando da 1ª Bda Inf Sl apresenta poder concentrado nos níveis hierárquicos mais elevados, especialmente na cúpula estratégica e núcleo operacional, sendo marcada por uma burocracia mecânica e "caracterizado pela altíssima especialização, tarefas operacionais rotinizadas e padronizadas com proliferação de normas e regulamentos, nível operacional de grandes dimensões e poder de decisão relativamente centralizado" (MINTZBERG, 2003, p. 22).

Análise da dimensão tarefas

As atividades desenvolvidas pelo Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, juntamente com as demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), possuem caráter de pluriatividades com características centrais, em que existem um conjunto distinto de atividades (atividades de coordenação e execução operacionais por meio do trabalho de seu quadro funcional de militares e civis), funcionalmente descritas por uma divisão dos seus trabalhos por meio de atividade-fim originárias de escalão superior (geralmente do Comando Militar da Amazônia) e centralizadas junto ao Chefe do Estado-Maior, e por meio de atividades-meio (administrativas e serviços gerais desenvolvidas por meio de seu quadro funcional de militares e civis administrativo e terceirizados).

As atividades atribuídas ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva não ficam restritas somente àquelas missões constitucionais previstas no artigo 142: "à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; cooperar em operações internacionais" de paz, de acordo com os interesses nacionais, e aquelas previstas em leis complementares (BRASIL, 1988), exercendo, ao mesmo tempo, também aquelas de cunho social, notadamente em Ações Cívico-Militares (ACISO) em território roraimense, bem como aquelas decorrentes de calamidades e intempéries.

Além das atividades militares de rotina anual do Comando da 1ª Bda Inf Sl, perpassa pelo ano de instrução que é subdividido em três períodos distintos (básico, qualificação e adestramento), destinados à prestação do serviço militar obrigatório. A prestação do serviço militar obrigatório para o segmento masculino ocorre a partir de 18 anos, conforme previsto no artigo 143 da CF/1988, e nos termos da Lei do Serviço Militar nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, regulamentado por meio do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

O Comando da 1ª Bda Inf Sl, por fazer parte de uma instituição pública federal e de natureza científica normatizada, fundamentada em regulamentos e normas rígidas, possui dimensão estrutural de tarefas análogas às demais Organizações Militares do país, caracterizando-se pelo exercício, transitório ou permanente, da atividade militar como profissão exclusiva na força inteiramente constante às finalidades precípuas das Forças Armadas (Quadro 5).

A estrutura organizacional administrativa da 1ª Bda Inf Sl é a forma como a organização se articula para desenvolver suas atividades, "ela está sujeita a interferências externas, como o ambiente em que está inserida, e internas, como a estratégia adotada, a tecnologia disponível e o potencial humano" (MEDEIROS *et al*.

2011, p. 13). Assim sendo, com base no Quadro de Cargos Previstos (QCP), a 1ª Bda inf Sl possui uma estrutura organizacional composta por diversas Divisões, Seções e Subseções cuja finalidade visa gerenciar todas suas ações operativas e administrativas.

Quadro 5 - Características da profissão militar

Risco de vida	Durante toda a sua carreira, o militar convive com risco. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida.
Sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia	Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional.
Dedicação exclusiva	O militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, o que o torna dependente de seus vencimentos, historicamente reduzidos, e dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, quando na inatividade.
Disponibilidade permanente	O militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.
Mobilidade geográfica	O militar pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do país, indo residir, em alguns casos, em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura de apoio à família.
Vigor físico	As atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. O militar é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência no serviço ativo.
Formação específica e aperfeiçoamento constante	O exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação, em que o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar. A exceção são os militares do Quadro Especial (Sgt, Cb e Sd estabilizados) que não possuem possibilidade de qualificação profissional dentro da força, uma vez que não existe regulamentação para tal, ou seja, sua carreira na instituição será somente a de formação sem possibilidade de galgar outra habilitação funcional por falta de regulamentação.
Proibição de participar de atividades políticas	O militar da ativa é proibido de filiar-se a partidos e de participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário.
Proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou em qualquer movimento reivindicatório	O impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita.
Restrições a direitos trabalhistas	O militar não usufrui alguns direitos trabalhistas, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais incluem-se: remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno; jornada de trabalho diário limitada a oito horas; obrigatoriedade de repouso semanal remunerado; e remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho diário superiora oito horas diárias.
Vínculo com a profissão	Mesmo quando na inatividade, o militar permanece vinculado à sua profissão. Os militares na inatividade, quando não reformados, constituem a "reserva" de 1ª linha das Forças Armadas, devendo se manter prontos para eventuais convocações e retorno ao serviço ativo, conforme prevê a lei.
Consequências para a família	As exigências da profissão não ficam restritas à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a tal ponto que a condição do militar e a condição da sua família se tornam estreitamente ligadas.

Fonte: Brasil (2019v). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

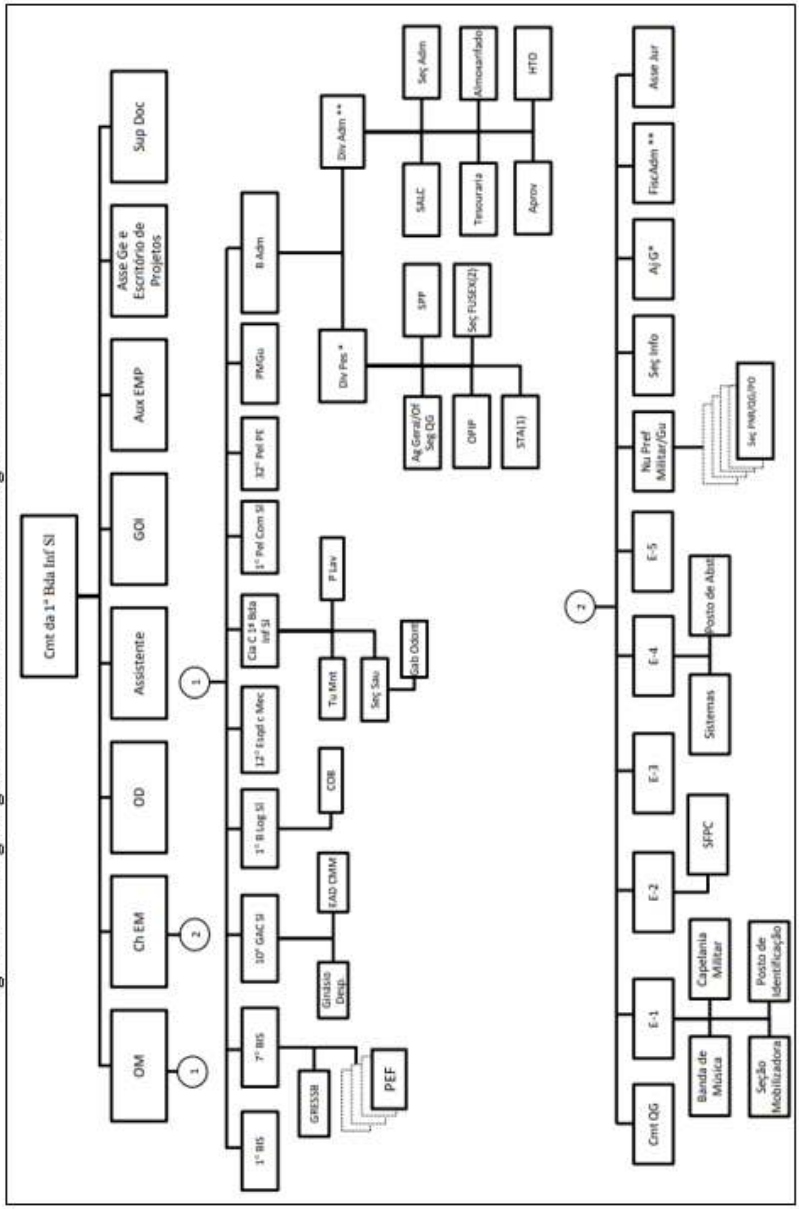
O QCP é um tipo de documento específico para cada Organização Militar operativa ou não, em que se tem uma previsão dos cargos e funções hierarquizados para sua funcionalidade e com cada necessidade, com distribuição quantitativa de acordo com a habilitação de cada militar dentro de uma estrutura modular (figura 17).

No caso da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo ela uma organização operativa, sua estrutura organizacional será baseada no Quadro de Cargos, aquele que detalha os cargos e que preenche a estrutura organizacional, e o Quadro de Organização, sendo aquele conjunto de documentos que uma organização necessite possuir em temos de base doutrinária: estrutura, pessoal e material para desempenhar suas atividades e tarefas (BRASIL, 2016b).

Todas as atividades operacionalizadas e executadas pelo Comando da 1ª Bda Inf Sl estão sob coordenação e fiscalização do chefe da 3ª Seção (E3), sendo delegado seu cumprimento às demais OMDS. Dentre as missões, destacam-se aquelas que envolvem diretamente o ano de instrução do serviço militar obrigatório; atividades alusivas a datas comemorativas; formaturas cívico-militares; palestras; operações militares de reconhecimento e repressivas em faixa de fronteira; Ações Cívico-Sociais; Operações Ágata-Curare; Operação Acolhida, dentre outras.

A essência da administração da 1ª Bda Inf Sl se encontra permeada pela Cúpula Estratégica representada pelo seu Comandante, Chefe do Estado-Maior Geral e demais oficiais que compõem o Estado-Maior (E1; E2; E3; E4 e E5) e o Comandante da Base Administrativa, sendo este o responsável pelas demais divisões e seções administrativas da organização.

Figura 17 – Organograma administrativo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: Brasil (2020).

O Chefe do Estado-Maior é o oficial mais antigo (geralmente um coronel pertencente ao Quadro de Estado-Maior da Ativa - QEMA) após o comandante da brigada, sendo a ele delegada a função de subcomandante na ausência do primeiro, que estabelecerá normas de ação a serem observadas pelos oficiais de Estado-Maior, além de prescrever suas atribuições e deveres, bem como as relações com o Chefe do Estado-Maior e com os Comandantes das unidades subordinadas.

As atribuições e competências da Cúpula Estratégica da 1ª Brigada de Infantaria de Selva estão fundamentadas de acordo com suas funções hierárquicas (BRASIL, 2003), a começar pelo Comandante aquém cabe o planejamento, a organização, a coordenação e o controle de suas forças militares, além de empregar seu Estado-Maior e comando de subordinados para o cumprimento daqueles encargos no prazo e na forma exigidos (Quadros 6 e 7).

Ao Comandante da Base Administrativa compete superintender todas as atividades e serviços da unidade, facilitando, contudo, o livre exercício das funções de seus subordinados, para que desenvolvam o espírito de iniciativa, indispensável na paz e na guerra, e demais atribuições prescritas nos artigos 25 ao 23 previstos no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG).

Ao Comandante da Base Administrativa compete superintender todas as atividades e serviços da unidade, facilitando, contudo, o livre exercício das funções de seus subordinados, para que desenvolvam o espírito de iniciativa, indispensável na paz e na guerra, e demais atribuições prescritas nos artigos 25 ao 23 previstos no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG).

O chefe da primeira seção (E1) é o principal assessor do Comandante na administração e direção individual do pessoal (militar e civil, amigos e inimigos) sob controle militar. Orienta e auxilia os outros oficiais do Estado-Maior no trato dos problemas de

pessoal em suas áreas funcionais, além de manter sob o controle de efetivos de todas as Organizações Militares que compõem o Comando da 1ª Bda Inf Sl.

Quadro 6 - Atribuições e competências da cúpula estratégica da 1ª Brigada de infantaria de Selva

Função	Atribuições e competências
Cmt	Ao Comandante cabe o planejamento, a organização, a coordenação e o controle de suas forças militares, além de empregar seu Estado-Maior e Cmt subordinados para o cumprimento daqueles encargos no prazo e na forma exigidos. b. O Cmt poupa tempo e energia descentralizando atividades, delegando competência e responsabilizando os Cmt subordinados pelo cumprimento das missões que lhes atribuir. Esta cadeia de comando o habilita a dirigir e supervisionar a execução de seu plano, sem se deixar envolver nos detalhes do planejamento, da direção e do controle das ações de cada um dos elementos subordinados. c. A descentralização do planejamento e da execução exige que o Cmt seja assessorado na produção e na difusão de conhecimentos de inteligência, na realização de estudos de situação e planejamentos, na coordenação da ação de comando e na supervisão da execução de suas decisões. O Cmt conta com um EM para assessorá-lo e, normalmente, dispõe de um chefe de Estado-Maior (Ch EM) ou subcomandante (SCmt).
Ch EM	Estabelece normas de ação a serem observadas pelos oficiais de Estado-Maior. Prescreve suas atribuições e deveres, bem como as relações com o Ch EM e com os Cmt das unidades subordinadas. A fim de que possam, se necessário, dar continuidade às atividades de comando e controle, os oficiais do EM devem manter-se informados das operações, tendo em vista dar-lhes prosseguimento, sem quebra da sequência lógica de sua orientação, do planejamento, decisão e execução. O Cmt os informa de seus planos, intenções, objetivos e problemas, cabendo ao Ch EM a distribuição de dados e conhecimentos de inteligência a respeito das atividades do EM. b. Tarefas - Os oficiais do EM podem executar algumas tarefas típicas, tais como: (1) assessorar o Cmt em assunto específico; (2) representar o Cmt, quando designados; (3) solucionar problemas decorrentes de situações incomuns; (4) supervisionar as operações táticas, de apoio ao combate, de apoio logístico e suas respectivas atividades de instrução; (5) responder pelo Cmt quando este se ausentar do PC; (6) atuar como árbitro-chefe ou diretor das inspeções de instrução, manobra e exercícios; (7) chefiar um EM de planejamento para operações futuras ou especiais; (8) comandar uma força-tarefa (FT); (9) comandar um posto de comando (PC) alternativo estabelecido para as operações.

Brasil (2003; 2019y). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

O chefe da segunda seção (E2) é o principal assessor do Comandante em assuntos de inteligência e contra inteligência militares. Orienta e auxilia outros oficiais do EM, inclusive os oficiais de comunicações e de guerra eletrônica, no trato da produção de conhecimentos de inteligência em suas áreas funcionais. Além de suas atribuições normais de Estado-Maior, o E2 tem certas funções operacionais pertinentes aos órgãos de contra inteligência e de produção de conhecimentos de inteligência.

O chefe da terceira seção (E3) é o principal assessor do Comandante em assuntos pertinentes à organização, à instrução e ao adestramento e, principalmente, às operações. Orienta e auxilia

outros oficiais do EM nos aspectos operacionais de suas atividades funcionais, tendo como maior responsabilidade a organização, elaboração e atualização da relação de unidades, inclusive exame e revisão continuados para assegurar a distribuição da quantidade e dos tipos de organização necessária ao apoio e à execução da missão (inclusive a composição de meios).

Quadro 6 -Atribuições e competências do núcleo operacional da 1ª Brigada de infantaria de Selva

Função	Atribuições e competências
E1	É o principal assessor do Comandante na administração e direção individual do pessoal (militar e civil, amigos e inimigos) sob controle militar. Orienta e auxilia os outros oficiais do EM no trato dos problemas de pessoal em suas áreas funcionais. É o responsável direto pelo controle de efetivos, bem como o conjunto de ações relacionadas à contabilidade e às estimativas referentes a efetivos, integrando-as com as demais tarefas da atividade de pessoal e outras correlatas.
E2	É o principal assessor do Comandante em assuntos de inteligência e contra inteligência militares. Orienta e auxilia outros oficiais do Estado-Maior, inclusive os oficiais de comunicações e de guerra eletrônica, no trato da produção de conhecimentos de inteligência em suas áreas funcionais. Além de suas atribuições normais de EM,.
E3	É o principal assessor do Comandante em assuntos pertinentes à organização, à instrução e ao adestramento e, principalmente, às operações. Orienta e auxilia outros oficiais do EM nos aspectos operacionais de suas atividades funcionais, bem como o responsável pelo planejamento e execução de operações diversas, dentre outras.
E4	É o principal assessor do Cmt em assuntos pertinentes à previsão e a provisão de suprimento, manutenção, transporte, saúde e outros serviços de apoio logístico para as organizações. Deve manter estreita e contínua coordenação com os Comandantes das organizações responsáveis pelas operações de apoio logístico previsão e controle do patrimônio.
E5	É o principal assessor do Cmt em todos os assuntos relativos às relações de um comando militar com a população civil na área de operações. Orienta e auxilia outros oficiais do EM nos problemas de comunicação social e assuntos civis em suas áreas de responsabilidades. Prepara os planos e ordens de comunicação social e de assuntos civis e supervisiona sua execução.

Brasil (2003). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

O chefe da quarta seção (E4) é o principal assessor do Comandante em assuntos pertinentes à previsão e a provisão de suprimento, manutenção, transporte, saúde e outros serviços de apoio logístico para a organização. Deve manter estreita e contínua coordenação com os Cmt das organizações responsáveis pelas operações de apoio logístico. Orienta e auxilia outros oficiais do Estado-Maior sobre assuntos de natureza logística em suas respectivas áreas de responsabilidade, além de assegurar que estejam

disponíveis adequados canais técnicos para as atividades de apoio logístico, dentro dos limites de sua responsabilidade.

O chefe da quinta seção (E5) é o principal assessor do Comandante em todos os assuntos relativos às relações de um comando militar com a população civil na área de operações. Orienta e auxilia outros oficiais do Estado-Maior nos problemas de comunicação social e assuntos civis em suas áreas de responsabilidades. Prepara os planos e ordens de comunicação social e de assuntos civis, supervisionando sua execução, além de estabelecer contato entre militares, governo civil e população, coordenando o apoio civil para operações táticas e de apoio logístico como também as medidas preventivas contra a interferência civil nessas operações.

As demais divisões, seções e subseções possuem atribuições específicas inerentes a cada demanda que fomentará toda a administração da própria brigada, bem como as demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas por meio dos escalões hierárquicos, permeado por seus comandantes e comandados subsequentes.

Ainda que a pesquisa possua limitações quanto à aquisição de informações acerca da dinâmica funcional das tarefas da 1ª Bda Inf Sl, percebe-se uma hierarquização rígida de base centralizada nas divisões de trabalhos entre os elementos que possuem ligação na dinâmica funcional por meio da cúpula estratégica e do núcleo operacional, até se chegar à dinâmica intermediária e assessoria de apoio que possuem atribuições de execuções de tarefas nas respectivas esferas de atribuições.

Ademais, observa-se que o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, por meio de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas, cumpre suas tarefas a contento conforme o previsto na Constituição Federal e em legislações específicas,

tornando-se uma referência junto ao Comando Militar da Amazônia ainda que possua suas limitações, especificamente quanto ao seu Poder Militar, uma vez que o estado de Roraima possui ampla área territorial, e a brigada encontra entrave no que concerne à capacidade de força militar com apenas oito Organizações Militares em sua organizacional e estrutural.

Análise da dimensão ambiente

A busca pela eficiência no trabalho de uma Brigada de Infantaria de Selva é originária da dicotomia entre dois níveis distintos, sendo permeados tanto por vetores materiais e humanos oriundos do ambiente interno (intraorganizacional), quanto por indicadores que identifiquem oportunidades e ameaças que poderão facilitar ou dificultar o cumprimento da missão da Força no ambiente externo (extraorganizacional).

Os vetores materiais e humanos que mais impactam no funcionamento do ambiente interno da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista, estão relacionados às condições infraestruturais de boas condições e com efetivo compatível que possibilita o cumprimento das missões dos militares com melhor desempenho organizacional, uma vez que sua capacidade militar "é constituída por um grupo de competências operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida" (BRASIL, 2015, p. 7).

No entanto, diante da impossibilidade de obtenção de informações e de arquivo iconográfico de infraestruturas internas do Comando da 1ª Bda Inf Sl, a análise da dimensão ambiente ficou prejudicada pela limitação de acesso, permitindo realizar análises

subjetiva e empírica, o que não comprometeu a interpretação organizacional durante as etapas seguintes.

Análise da dimensão tecnológica

A análise tecnológica que compõe uma Brigada de Infantaria de Selva pode ser entendida como um agrupamento de mecanismos e processos por meio dos quais os produtos ou serviços são ordenados em uma organização (HARVEY, 1992), propiciando uma performance superior por sua parte e impactando de modo distinto na sua composição sob o prisma quantitativo, por meio de aumento de produtividade, pela perspectiva qualitativa, através de aumento da exatidão e rigidez de qualidade.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva é caracterizada como uma organização rígida e burocratizada que possui aceitável grau de incremento tecnológico adequado para o cumprimento de suas missões em função da necessidade da força e da sociedade roraimense (dimensão quantitativa), bem como modo de prestação definido pelos dispositivos constitucionais (dimensão qualitativa). Sendo assim, a pesquisa não conseguiu obter algumas informações sobre a dimensão tecnológica referente ao material considerado de segurança orgânica de classificação sigilosa, sendo possível elencar sete principais áreas de identificação dos mesmos de: comunicações; transporte; engenharia; saúde; intendência; segurança e de informática (quadro 7).

De modo geral, a dimensão tecnológica que ora é suscitada em sete principais áreas, refere-se ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, bem como todas as suas demais Organizações Militares Diretamente Subordinadas, que a depender de sua composição estrutural e especificidade, poderá ser maior ou menor

a quantidade de equipamentos para cumprirem suas demandas de atribuições e missões diversas.

Quadro 7 - Equipamentos tecnológicos da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Área / equipamento	Equipamentos
Comunicações	Equipamentos rádio: rádio veicular; portátil; e Mallet acoplado ao fuzil 5.56 AI2, dentre outros
transporte	Viaturas de: transporte de pessoal cinco toneladas; de transporte não especializado 3/4 toneladas; carro-tanque para água de 10 m³; cozinha de campanha tipo reboque; viatura blindada sobre rodas ee-9 cascavel com canhão 90 mm; viatura blindada sobre rodas ee-11 urutu dotada de metralhadora .50 e de capacidade anfíbia; viatura leve agrale marruá; viatura leve land rover defender; viatura leve toyota hilux; viatura pesada volkswagen worker, dentre outros.
Engenharia	Equipamentos que são utilizados como meios subsidiários para o cumprimento de missões, tais como: chuveiros articulados, grupo geradores, cisternas de campanha, botes de assalto; geradores de campanha; motores de popa, dentre outros.
Saúde	Ambulância UTI móvel, barracas hospital móvel médico-odontológico, macas de campanha; padiolas articuladas para viaturas; barraca hospitalar, dentre outras.
Intendência	Barraca modelo canadense; barracas básicas; posto de banho completo; cozinha de campanha; toldos, fogões, mesas, bancos e camas de campanha, aquecedores de barracas e de imersão e lampiões de campanha, equipamentos de banho e de lavanderia, equipamento individual (cintos, suspensórios, estojos diversos, etc.), dente outros.
Segurança	Fuzil de assalto 5.56 AI2; Fuzil M16 com lançador de granada, de origem estadunidense; Pistola IMBEL 9 M973 calibre 9 mm; Pistola M975 Beretta/Taurus calibre 9 mm; Fuzil ParaFAL calibre 7,62 mm; Fuzil FAL calibre 7,62 mm; Canhão Obus 105 mm; Óculos de visão noturna (OVN), dentre outros.
Informática	Computadores, impressoras, scanners, notebook, máquina fotográfica, retroprojetor, dentre outros.

Fonte: Brasil (2019). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Os equipamentos de comunicações utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS constituem-se em sistemas e equipamentos, tais como: sistema de rastreamento de tropas; C2 em combate; site móvel; repetidoras; rádios da família Motorola; rádios

da família *Harris*, que são utilizados, notadamente em operações isoladas e/ou em conjunto em transmissão de dados em regiões isoladas do estado de Roraima (BRASIL, 2019t).

Os equipamentos de transporte utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS, em sua maioria apresentam boas condições de trafegabilidade e de segurança, tanto em relação à operacionalidade quanto ao seu uso diário, o que impacta positivamente na qualidade e produtividade dos trabalhos externos dos militares. No entanto, as viaturas blindadas sobre rodas Cascavel e Urutu, por possuírem média de 36 anos de uso, apresentam rotineiramente problemas técnicos, ainda que existam as manutenções preventivas e de vitalizações.

Os equipamentos de engenharia são aqueles utilizados como meios auxiliares durante as operações e/ou missões diversas, atendem de modo adequado às necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS peculiares às diversas unidades militares e empregadas principalmente em campanha operacionais e rotineiras com meio de apoio logístico as forças de linha de frente.

Os equipamentos de saúde utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS são, de modo geral, num primeiro momento aqueles existentes em cada Organização Militar dotados de uma pequena Seção de Saúde, com médicos, dentistas e/ou enfermeiros, que dão os primeiros atendimentos médico-odontológicos para todo seu quadro funcional. No entanto, na guarnição de Boa Vista (todas as unidades militares do Exército Brasileiro em Roraima) , além destas pequenas seções de saúde, existem um Posto Médico de Guarnição, o qual possui a missão de prestar assistência à saúde em regime ambulatorial, sendo detentor de equipamentos de boas condições de uso que atende o quadro funcional da guarnição de maneira insatisfatória, uma vez que existe uma demanda reprimida de usuários no Sistema do Fundo de Saúde

do Exército, principalmente referente a especialidades médicas e suporte de grande envergadura.

Os equipamentos de intendência utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS são aqueles voltados para as atividades de suprimento que atendem as diversas demandas logísticas da guarnição de Boa Vista, por meio de seus equipamentos de transporte (geralmente terrestre) de boas condições, durante o serviço cotidiano e ininterrupto, transportando, suprindo e alimentando seu quadro funcional, bem como realizando assessoramento aos comandantes na administração financeira e na contabilidade.

Os equipamentos de segurança são aqueles considerados como ponto sensível da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e suas OMDS, uma vez que durante a pesquisa não se teve acesso a informações quali-quantitativa detalhadas por se tratar de informações de classificação sigilosa. No entanto, serão descritas algumas informações de conhecimento geral e de livre acesso em diversos meios de informações disponíveis na internet ou não, bem como por meio de conhecimento empírico.

Deste modo, os equipamentos de segurança considerados de uso pessoal e coletivo utilizados pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva e por suas OMDS atendem satisfatoriamente suas demandas para o funcionamento do órgão, ainda que os de uso pessoal, como os fuzis ParaFAL e FAL de calibre 7,62 mm M964A1 de fabricação de 1964 e as pistolas repotencializadas do calibre 45 para 9 mm (1973), podem serem considerados armamentos obsoletos. Quanto aos equipamentos de uso coletivo, em sua maioria atendem satisfatoriamente às demandas da guarnição de Boa Vista.

Os equipamentos de informática atendem perfeitamente às necessidades do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas OMDS, uma vez que possuem equipamentos novos e/ou bem

conservados, como computadores, impressoras, *scanners,* e *softwares* específicos da Força Terrestre, como Sistema de Comando e Controle (SC2), o qual precisa ser operado em tempo compatível que assegure a oportunidade de tomada de decisão, e o sistema LibreOffice, com acesso em redes, tanto intranet como internet, com limitações de acesso em páginas que não sejam de interesse da administração pública

Com base em eventuais lacunas de equipamentos identificados no Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e de suas OMDS, observa-se que, de modo geral, eles se encontram em boas condições em todos seus aspectos. A exceção seria no tocante as viaturas blindadas sobre rodas as quais possuem vida útil limitada, e que por limitações orçamentárias tornam-se um gargalo para a atual gestão, podendo comprometer a atuação em terreno frente a possíveis agressões endógenas e/ou exógenas.

Análise de discurso e de conteúdo das entrevistas

A pesquisa buscou realizar entrevistas semiestruturadas no universo das Organizações Militares que compõem o quadro organizacional da 1ª Bda Inf Sl, além do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) e do Comando Militar da Amazônia, em que foram entrevistados sete militares (identificados como: A, B, C, D, E, F e G) com possibilidade de respostas objetivas e subjetivas, no entanto, como nem todas as perguntas foram respondidas, haverá momentos em que a frequência alternará. Deste modo, foi possível identificar uma série conceitos que se levou em consideração cuja finalidade foi analisar a percepção dos *stakeholders* sobre os temas ora elencados (Quadro 8).

A primeira questão analisada decorre de questionamentos que visaram buscar a percepção dos entrevistados acerca da

problemática em que vive grande parte da população venezuelana, que atravessa uma crise de desordem, tanto socioeconômica e política, quanto ética sem precedentes, acarretando num processo de grande fluxo migratório para diversos países. Nesse sentido, buscou-se saber como o Comando da 1ª Bda Inf Sl vem atuando frente a esta situação no que se referem às ações sociais, ações preventivas e/ou repressivas e aos crimes transfronteiriços.

Quadro 8 - Análise de conteúdo

Ordem	Conceitos identificados	Entrevistados						
		A	B	C	D	E	F	G
1	Ajuda humanitária (Operação Acolhida)							
2	Confiabilidade institucional							
3	Crimes ambientais							
4	Defesa Territorial							
5	Faixa de Fronteira							
6	Fronteira							
7	GLO							
8	Ilícitos transfronteiriços							
9	Migração							
10	Missão institucional							
11	Refugiado							
12	Soberania							

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

Em relação a este quesito, pôde-se observar que a questão da ajuda humanitária realizada por meio da Operação Acolhida coordenada pelas Forças Armadas, notadamente pelo Exército Brasileiro, é recorrente entre quatro dos sete entrevistados, uma vez que esta operação entrou em funcionamento em março de 2018 e seu gerenciamento é atributo do Comando do Estado-Maior do Exército,

que visa à prestação de apoio à organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2018a).

No caso específico da 1ª Bda Inf Sl, esta possui missão de apoiar parcialmente a Operação Acolhida por meio de suporte logístico e técnico como: patrulhamentos ostensivos nas proximidades dos abrigos instalados no estado de Roraima; serviços de segurança; fornecimentos de alimentos para a tropa; suprimento de combustíveis; suporte na manutenção de viaturas militares; traslados de autoridades e de militares, dentre outras.

No que concerne ao quesito Confiabilidade Institucional, embora as Forças Armadas possuam um alto grau de confiabilidade perante a sociedade brasileira, conforme aponta a pesquisa realizada pelo Instituto Qualitest Ciência e Tecnologia, em 2018, que sugere um percentual de 95 % de confiabilidade junto à instituição, o presente estudo apontou para baixo grau de criticidade, com de cerca de 28,50 % dos os entrevistados (A e E).

As pesquisas de opinião pública derivam da percepção de opinião pública como aquela que indica a ideia de grupo, de público, de opinião da maioria, do indivíduo no grupo, ou seja, a opinião é considerada como o conjunto de crenças a respeito de temas dúbios ou relacionados com interpretação valorativa ou significado moral de certos fatos (DA VIÁ, 1993).

O Exército Brasileiro possui preocupação enfática nas questões que envolvem a proteção e combate aos crimes ambientais que, historicamente, vai além de sua missão precípua de defesa do território e da soberania nacionais, abarcando a ocupação e a integração do território, bem como a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2018). A pesquisa aponta, no caso específico da 1ª Bda Inf Sl, que são inúmeras as operações isoladas e em conjunto

realizadas, neste sentido, destacam-se aquelas com envolvimento no combate a garimpagem ilegal em áreas de proteção ambiental.

Contudo, a pesquisa identificou que somente os entrevistados (D e E) fazem menção a respeito de que a 1ª Bda Inf Sl vem atuando de forma contundente, na medida do possível, devido às suas limitações de pessoal e orçamentaria, no combate aos crimes ambientais em diversos ambientes operacionais, de forma isolada quando em patrulhamento dentro da faixa de fronteira, e/ou em operações conjuntas com outras agências de segurança.

Num contexto em que a missão precípua do Exército Brasileiro deriva da defesa do território e da soberania nacionais, embarcando a ocupação e a integração do território nacional, observou-se que somente um entrevistado (D) relata que a presença das Forças Armadas impacta positivamente em território roraimense quanto à defesa territorial por meio da presença *in loco* de militares da 1ª Bda Inf Sl, bem como pelas inúmeras Ações Cívico-Sociais (ACISO) realizadas em determinados momentos.

A Defesa Territorial possui finalidade de preservar o potencial material e humano da Nação, portanto, é conjunto de medidas e de ações realizadas em situação de conflito, no território nacional, excetas aquelas que se originaram "nos teatros de operações e as de competência do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro, que visam à proteção do território nacional e dos recursos nele existentes, contra agressões de origem interna ou externa de caráter militar ou não" (BRASIL, 2007, p. 50).

A pesquisa identificou que os entrevistados (A e D) fazem uso do conceito de Faixa de Fronteira em momentos distintos e com conotações antagônicas, sendo que o primeiro destaca a atuação e a importância da 1ª Bda Inf Sl durante a Operação Acolhida por meio de seus apoios, enquanto o segundo destaca a importância da atuação do Exército Brasileiro dentro da faixa de fronteira por meio de suas

ações repressivas ou não. Contudo, ambos ressalvam da importância do Poder de Polícia que as Forças Armadas possuem dentro desta área o que possibilita ações mais efetivas nos combates aos diversos ilícitos.

Grande parte do estado de Roraima encontra-se dentro da Faixa de Fronteira, sendo esta área indispensável à segurança nacional, que equivale à faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira (BRASIL, 1980), apontando para quão grande é a responsabilidade do Estado brasileiro em fazer guarda e manutenção dessas áreas, em particular por meio das Forças Armadas.

Ainda que o estado de Roraima possua relações fronteiriças com dois países (Venezuela e Guyana) com cerca de 1.922 km de linha de fronteira, o tema fronteira repercutiu de maneira moderada com cerca de 28,50 % perante os entrevistados (A e E), notadamente no que concerne ao controle fronteiriço na prevenção de ilícitos diversos, bem como no controle do fluxo migratório, em especial durante a Operação Acolhida, dentre outras.

No entanto, percebe-se que o controle fronteiriço realizado pela 1ª Bda Inf Sl acontece de modo pontual, ainda que o Brasil procure fazer uso de tecnologia como um instrumento primordial para o controle dos fluxos ao longo de toda extensão de suas fronteiras, considerando que as estratégias utilizadas para seu monitoramento, "têm apresentado falhas, uma vez que, os recursos empregados nessas iniciativas são insuficientes, principalmente quando estão mediante as condições geográficas adversas que dificultam o monitoramento e estimulam a atuação de grupos criminosos" (MIRANDA *et al*. 2018, p. 4).

Em um caso pontual, o conceito de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foi utilizado pelo entrevistado "D" quando se discutia

a importância da utilização deste instrumento no combate às "novas ameaças" à segurança internacional, como: terrorismo; tráfico de drogas; guerrilha; crimes organizados, dentre outros. Nesse sentido, é apontada a importância da atuação do Exército Brasileiro no combate aos diversos ilícitos junto a Amazônia Legal em áreas fora da Faixa de Fronteira.

O conceito de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) é utilizado como instrumento legal realizado exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República. Suas missões decorrem em casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem, estando reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142; pela Lei Complementar nº 97, de 1999; e pelo Decreto nº 3.897, de 2001. Nestas operações, é concedida, provisoriamente, aos militares, a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade (BRASIL, 2019u).

Tema bastante recorrente, em detrimento aos demais, foi o de ilícitos transfronteiriços que surge com uma média de 57 % dos entrevistados (C, D, E e F). Todos os casos apontam para uma preocupação que o Exército Brasileiro possui em se fazer presente em áreas fronteiriças, sendo estas consideradas frágeis e suscetíveis à entrada de ilícitos de diversas naturezas, uma vez que o efetivo da 1ª Bda Inf Sl é considerado insuficiente.

Os tipos de ilícitos dizem respeito a dois grandes campos: o dos crimes contra a pessoa, envolvendo o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o de pessoas; e o dos crimes financeiros, como a lavagem de dinheiro e a corrupção, além daqueles crimes de origem cibernética. Sendo assim, estes novos motes, ou novas formas de tratar temas tradicionais, "trazem implicações para a proteção da soberania – ocorrem nas faixas de fronteira, ambiente estratégico e diretamente ligado à defesa nacional – e geralmente em locais onde

o Estado não consegue estender suas políticas, permitindo espaços de vulnerabilidades" (COSSUL, 2016, p. 140).

No que se refere ao conceito de Migração, a pesquisa identificou apenas uma citação do entrevistado (D) quando foi abordada a problemática de que a população venezuelana vive em momentos de grande desordem socioeconômica, política e ética, sendo destacada a importância do apoio que a 1ª Bda Inf Sl vem enfrentando com o grande fluxo migratório no estado de Roraima por meio da Força Tarefa logística e humanitária coordenada pelas Forças Armadas.

Ao referirmos sobre o conceito de Migração, cabe ressalvar que não se trata de um conceito de fácil definição tampouco de fácil entendimento. Neste estudo adotou-se aquele quando se refere a deslocamentos de um lugar a outro, a movimentações que possuem uma origem e um destino imerso a uma finalidade, de se fixar ou residir em outro território. Deste modo, estas movimentações tendem a desenvolver fluxos de circulação de uma região a outra, "dentro de um mesmo país, como no caso das chamadas *migrações internas*, ou fluxos de movimentações entre diferentes países ou continentes, como ocorre com os chamados "migrantes internacionais", comumente designados imigrantes" (RESSTEL, 2015, p. 37).

No que se refere ao conceito de Missão Institucional, decorre do momento em que os entrevistados (B, C e E) fazem referência a instituição Exército Brasileiro como sendo de excelência e que cumprem suas missões de acordo com o prescrito na Constituição Federal e nas Leis Complementares, notadamente quando se trata de questões pertinentes às "novas ameaças" à segurança internacional, bem como de missões subsidiárias e de apoio logístico às diversas atribuições impostas.

É importante anotar que a missão institucional tem se tornado uma ferramenta de grande valia do comando, pois se acredita que ela

ajuda a clarificar o pensamento gerencial e melhorar, com isso, a comunicação (CAMPBELL, 1991). Deste modo, é possível distinguir em dois conjuntos principais de benefícios que podem ser impostos a uma missão institucional de sucesso: (i) a missão institucional tem a função vital de formar uma direção que facilita a formulação estratégica, e (ii) a missão auxilia a prática estratégica alimentando os fins de unidade e espírito de equipe (SIDHU, 2003).

No tocante ao conceito de Refugiado, os entrevistados (A, C e F), que representam 42,8 %, abordam esta questão, notadamente, quando se deparam com a problemática decorrente da crise venezuelana, e da importância que o apoio institucional das Forças Armadas trazem para aqueles que necessitam da "mão amiga", principalmente para aqueles que precisam de abrigos e/ou interiorizar-se.

Denomina-se refugiado toda pessoa que nos termos da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, que "devido a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país". Ou ainda, que não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas anteriormente; ou que devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Por fim, tem-se o conceito de Soberania, que foi elencado somente pelo entrevistado "A" quando se refere sobre a questão de uma possível internacionalização da Amazônia. Neste sentido, o entrevistado sugere que a temática de internacionalização da Amazônia sempre esteve presente em agendas universais, e os Estados que compõem a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) devem reforçar sua integração, bem como que

seus membros não necessitam de dar esclarecimentos a nenhuma entidade extra-amazônica, sobretudo às Organizações Não-Governamentais, sobre suas soberanias nacionais, partindo da premissa que a soberania como sendo a "última instância do poder de mando do Estado nacional seja para os efeitos externos, seja para os internos. É, também, a supremacia da ordem jurídica do Estado nacional em todo o território" (BRASIL, 2007).

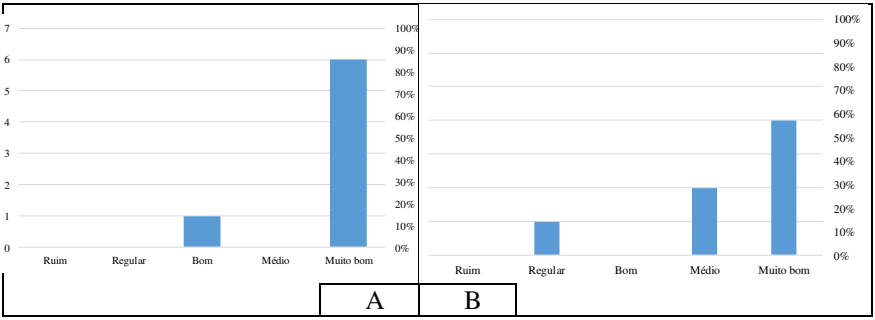
De igual forma a análise de discurso, a análise de conteúdo também sofreu limitações quanto à obtenção de respostas dos entrevistados, sendo deixadas questões em aberto, não respondidas e/ou parcialmente desmitificadas. As questões subjetivas foram analisadas por meio de questionários semiestruturados com o objetivo de obter percepções acerca de temas diversos que permeiam a gestão do Comando da 1ª Bda Inf Sl.

No primeiro quesito da análise de conteúdo, buscou-se entendimento sobre o balanço de Poder que compõe os países sul-americanos, ou seja, equilíbrio entre as Forças Armadas em detrimento a realidade do Poder Militar do Brasil. Neste sentido, foi identificado que majoritariamente (86 %) dos entrevistados indicaram que o Poder Militar brasileiro possui perfil muito bom (Gráfico 2 A), e 14 % consideram o perfil como bom (Gráfico 2 A).

No segundo quesito da análise de conteúdo, buscou-se identificar o perfil do Poder Militar que compõe os Comandos Militares espacializados no Brasil, uma vez que após a chegada dos militares ao centro do poder central do país ficou visível a intenção das Forças Armadas em priorizar a Amazônia Legal com ampliação do Poder Militar, notadamente por meio de criação e/ou transferências de unidades militares, como foi o caso da criação do Comando Militar de Área da Amazônia em 1956. Assim, foi identificado que majoritariamente (86 %) dos entrevistados acreditam que o Poder Militar dos Comandos Militares de Área

possui um perfil muito bom (Gráfico 2 A), e 14 % consideram o perfil como bom (Gráfico 2 A).

Gráfico 2 – Análise de conteúdo das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

No terceiro quesito, buscou-se saber a opinião sobre como estão compostos os Comandos Militares de Área da Amazônia e do Norte em relação ao atual Poder Militar, uma vez que ambos os comandos formam a Amazônia Ocidental e Oriental. Foi identificado que majoritariamente (86 %) dos entrevistados acreditam que o Poder Militar dos Comandos Militares de Área possui perfil muito bom (Gráfico 2 A), e 14 % consideram o perfil como bom (Gráfico 2 A).

No quarto, buscou-se saber como está classificado o aparato militar (armas e equipamentos) que compõe o Poder Militar junto a Amazônia Setentrional, uma vez que o objeto de estudo da pesquisa encontra-se localizado no estado de Roraima. Sendo assim, 57 % dos entrevistados indicaram que o Poder Militar na Amazônia Setentrional possui perfil muito bom; 29 % acreditam que possui perfil médio; e 14 % acreditam que possui perfil ruim (Gráfico 2 B).

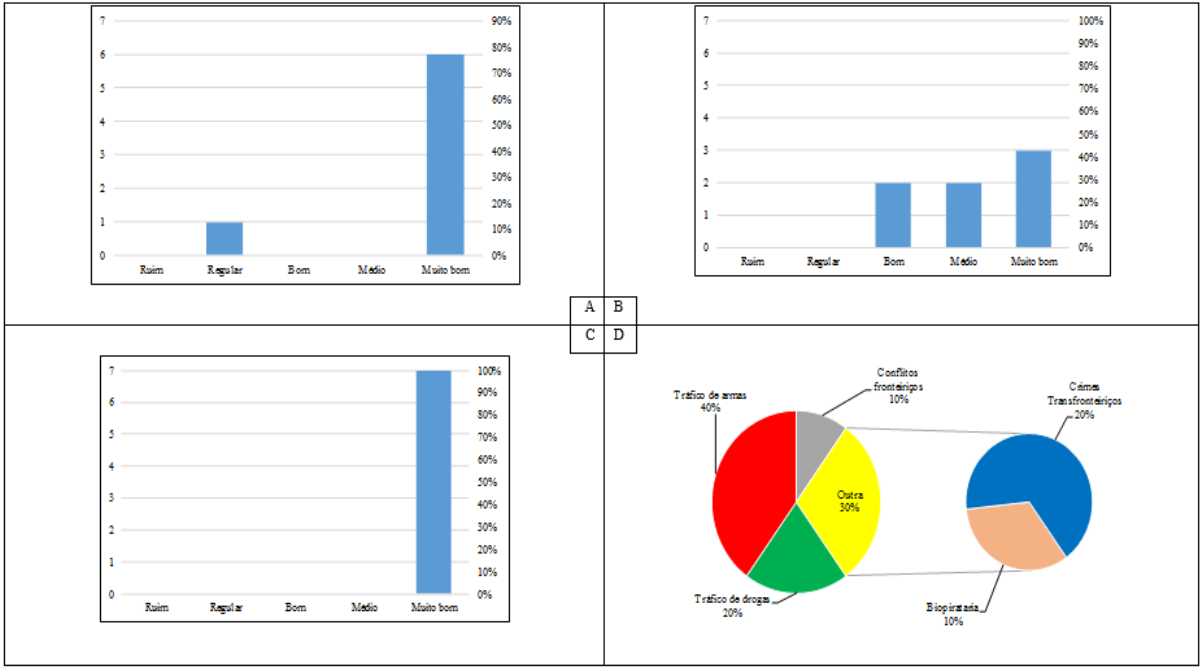
No quinto quesito, buscou-se saber como os entrevistados analisam o grau de dispersão das brigadas de infantarias espacializadas na Amazônia Ocidental, uma vez que esta área possuir grande extensão territorial e possui somente quatro brigadas. De forma majoritária, foram identificados que 86 % dos entrevistados acreditam que as dispersões das brigadas de infantaria são muito boas, em detrimento aos 14 % que indicam ser ruim (Gráfico 3 A).

Ainda em relação a esta questão, buscou-se saber a opinião dos entrevistados sobre aquelas brigadas espacializadas especificamente na Amazônia Ocidental, identificando-se que a maioria (47 %) acredita que as mesmas se encontram muito bem espacializadas, em detrimento aos 28,50 % que apontam, respectivamente, como boa e média suas espacializações (Gráfico 3 B).

No sexto quesito, buscou-se identificar por meio dos entrevistados quais eram suas percepções sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO) que as dezenas de unidades militares desenvolvem em prol da sociedade na Amazônia Ocidental, notadamente para aquelas populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social em áreas de difícil acesso e/ou áreas de proteção ambiental e áreas indígenas. Como resultado, 100 % dos entrevistados acreditam que as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, realizam muito bons serviços para esta parcela da sociedade (Gráfico 3 C).

No sétimo quesito, buscou-se entender as percepções dos entrevistados sobre questões que envolvem as "novas ameaças" e de que maneiras elas influenciam a tomada de decisão por parte do Comando Militar da Amazônia, uma vez que o mesmo possui no quadro organizacional quatro brigadas de infantarias espacializadas nos estados do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia.

Gráfico 3 - Análise de conteúdo das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Nesse sentido, foram selecionadas sete opções de resposta (seis objetivas e uma aberta), em que o entrevistado poderia opinar somente em três e/ou responder de forma subjetiva caso quisesse. Foram observadas percepções diversas, porém a maioria acredita que os crimes transfronteiriços é uma das novas ameaças que mais preocupa o CMA. Em relação às demais, 20 % dos entrevistados acreditam ser o tráfico de drogas, seguido pelos crimes transfronteiriços, também com 20 %, e pelos conflitos transfronteiriços e biopirataria, respectivamente, com 10 % cada (Gráfico 3 D).

No oitavo quesito, foram abordadas questões da organização operacional junto à 1ª Bda Inf Sl, considerando que o estado de Roraima faz fronteira com dois países (Venezuela e Guyana), além de possuir uma linha de fronteira com cerca de 1.922 km, e suas Organizações Militares se encontram na capital Boa Vista, com exceção dos seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) espacializados em pontos estratégicos ao longo da fronteira.

Sendo assim, identificou-se que a maioria dos entrevistados (72 %) acreditam que a forma de como estão especializadas as unidades militares são muito boas, enquanto que os demais opinaram como média (14 %) e boa (14 %) (Gráfico 4 A).

O nono quesito abordou a questão sobre o efetivo de militares em atividade que compõe o quadro organizacional da 1ª Bda Inf Sl e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas, em que a maioria dos entrevistados (29 %) considerou como muito bom ou médio, em detrimento aos que opinaram como regular (14 %) o atual efetivo (Gráfico 4 B).

O 10º quesito buscou saber a percepção dos entrevistados sobre os vários eventos históricos-militares envolvendo as primeiras viagens e/ou explorações de europeus na Amazônia durante os séculos XVII e XVIII, que desencadeou um processo de

militarização europeia por meio das construções de fortes a partir dos quais consolidaram a ocupação e a defesa territorial pelas nações da Europa.

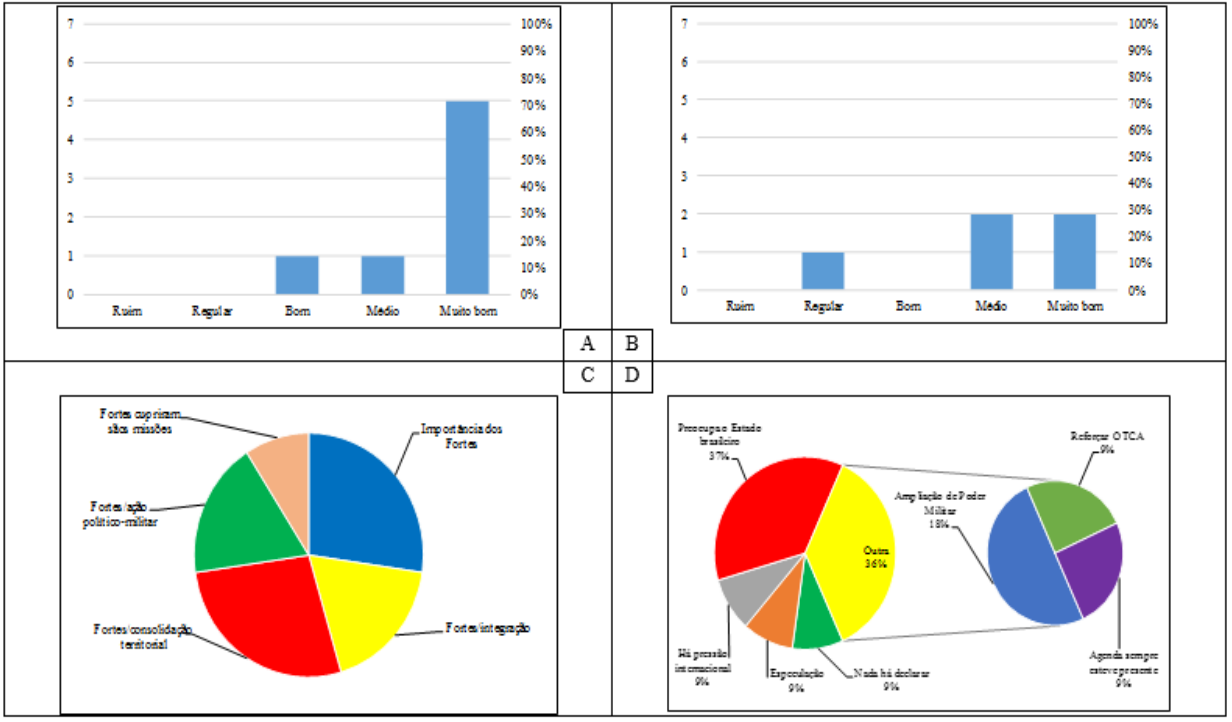
Deste modo, teve-se como objetivo identificar qual a percepção deste fenômeno da presença e ocupação militar neste período por meio dos fortes e seus reflexos nos dias atuais. Neste sentido, observou-se pluralidade quanto suas respostas, em que grande parte indicou que a presença dos fortes na Amazônia teve papel fundamental para que ocorresse a ampliação do Poder Militar, desenvolvimento e integração região regional, bem como foram a essência da consolidação do território brasileiro (54%) (gráfico 4 C).

O 11º quesito abordou a questão geopolítica que envolve a retórica de internacionalização da Pan-Amazônia (60 % encontra-se em território brasileiro), em que vários são os discursos sobre possíveis ideias de internacionalização da mesma. Neste sentido, a pesquisa buscou saber a percepção dos *stakeholders* sobre esta agenda.

Sendo assim, a maioria dos entrevistados (37%) indicou que esta questão é uma preocupação eminente para o Estado brasileiro; seguido por aqueles que defendem ampliar o Poder Militar na região (18 %); por aqueles que ressalvaram a existência de pressões exógenas e de que essa agenda sempre esteve presente em discussões internacionais, devendo os estados que compõem a Pan-Amazônia abrir uma agenda para discutir essa temática (9%); além daqueles que acreditam tratar-se de especulações dos órgãos de impressa e de Organizações Não Governamentais (9%) (Gráfico 4 D).

O 12º quesito abordou as questões que envolveram a preocupação do Estado brasileiro com suas fronteiras a partir do final da década de 1930, onde foram criadas várias políticas públicas de defesa, dentre elas a criação do Comando Militar da Amazônia em 1956 e, o Projeto Calha Norte em 1985.

Gráfico 4 – Análise de conteúdo das entrevistas

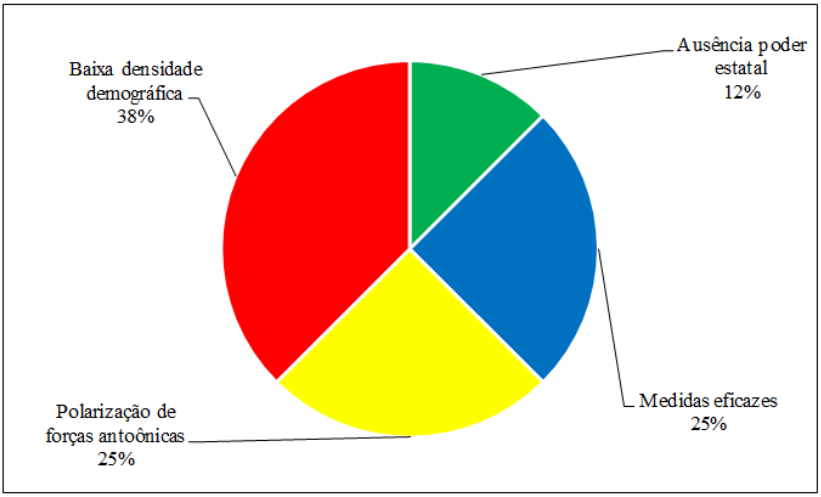


Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Nesse sentido, a pesquisa buscou saber a percepção dos entrevistados acerca das possíveis contribuições que tais medidas trouxeram para que ocorresse desenvolvimento, integração, proteção da soberania nacional, bem como para ampliação e fortalecimento do Poder Militar para a Amazônia Legal.

Neste sentido, a maioria dos entrevistados indicou que a baixa densidade demográfica e a escassa presença estatal existentes em regiões fronteiriças foram os fatores que mais corroboraram para que houvesse implantação de políticas públicas naquela região (38 %), e aqueles que indicaram que tais medidas foram eficazes para a região (25 %) e medidas assertivas, uma vez que no cenário mundial as questões geopolíticas apontavam para polarização de forças antagônicas ao governo brasileiro (25 %), bem como daqueles que acreditam que os motivos para tais medidas serem implementadas era a ausência de poder estatal nestas regiões com (12 %) (gráfico 5).

Gráfico 5 - Análise de conteúdo das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

A análise de conteúdo visou identificar a percepção do perfil do Poder Militar por meio de entrevistas semienterradas a fim de identificar percepções sobre diversos temas que circundam a geopolítica roraimense, bem como discutir eventuais fenômenos que ora ocorrem no estado e possíveis demandas que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva possua junto a esta porção da Amazônia Setentrional, concomitantemente, ao Comando Militar da Amazônia.

Ao longo da pesquisa se pode observar em diversos momentos difícil acesso como é caso das fronteiras porosas e suscetíveis à crimes transfronteiriços, principalmente nos estados que compõe a Amazônia Legal a partir da ascensão dos militares ao centro do poder central do Brasil.

De certo modo observou que realmente aconteceu a intensão dos militares em priorizar esta região. Contudo, ao longo da história recente se observa que tal aspiração acontece de modo moroso e pontual em regiões estrategicamente selecionadas com o realocamentos de Unidades Militares de grandes centros urbanos para estados da Amazônia Legal, como foi o caso de Roraima.

A pesquisa apontou que a ampliação do Poder Militar na Amazônia a intenção do Estado brasileiro em se fazer presente em áreas de

Legal acontece de forma tímida com pouca presença militar em área fronteiriça, ainda que esta área possua mais de 50 % do território brasileiro. Ficou evidenciado que aconteceu um aumento substancial desde 1985 com transferências e/ou realocamentos de Unidades Militares para a Amazônia Legal. No entanto, majoritariamente, estas unidades militares encontram-se sediadas nas capitais dos estados e pouca ou nenhuma presença em áreas fronteiriças.

De certo modo, entende-se que por motivos diversos a dificuldade de o Exército Brasileiro em ampliar sua presença na Amazônia Legal, uma vez que o Estado brasileiro reproduz a retórica de problemas orçamentários para a implementação de criação e/ou transferências de Unidades Militares para esta área. O Poder Militar na Amazônia Legal por meio de suas seis Brigadas de Infantaria, apresenta-se dispersadas em seis estados (Roraima; Rondônia; Amazonas: Amapá e Pará) sob jurisdição de seus respectivos Comandos Militares de Área.

Sendo assim, percebe-se que certa incongruência entre os vários discursos em priorizar a Amazônia Legal desde da década de 1930 por meio da ampliação de Poder Militar, e a prática exercida pelo o Exército Brasileiro. Recentemente, em fevereiro de 2020, o governo federal reativou a 6ª Divisão de Exército no estado do Rio Grande do Sul, sendo esta responsável pela coordenação de brigadas de infantaria junto ao preparo e emprego operacional em determinado porção do território, ficando evidenciado mais uma vez contradições na reprodução de priorizar a Amazônia Legal, uma vez que esta região não possui nenhuma Divisão de Exército.

Além disso, ficou evidenciado a grande preocupação das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, com o mote das novas ameaças oriundas de fatores exógenos e endógenos que poderá desestabilizar determinadas áreas (Estatal ou não), em especial em áreas de pouca presença estatal. Contudo, percebe-se, no caso particular da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, existir foco principal nas tradicionais ameaças, na defesa da pátria e territorial principalmente, conforme aponta sua missão institucional.

Finalmente, a análise de conteúdo demonstrou, ainda que possuindo limitações quanto à obtenção de dados e de informações junto aos sítios militares visitados, certa simetria nas respostas objetivas, em que os *stakeholders* convergem nas respostas cujo

tema permeia assuntos considerados sensíveis, o que poderia ser interpretado por superiores hierárquicos como pensamento divergente e, de certa maneira, colocá-los em situação de observação. No entanto, pôde-se observar que as percepções dos entrevistados convergem com o pensamento da Força Terrestre, em que a maioria fez uso de retórica nacionalista em defesa da pátria em prol de um desenvolvimento de integração regional, notadamente para o estado de Roraima.

ANÁLISES DE FORÇAS E FRAQUEZAS, AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

No decorrer do capítulo observou-se um quadro incongruente, permeado por elogios e críticas durante a análise da evolução institucional da 1ª Bda Inf Sl, desde sua efetivação no estado de Roraima em 1992, o que permitiu realizar análise de modo diacrônico e prospectivo do seu ciclo de vida por meio de uma intersecção de informações, tanto positivas quanto negativas, de seus ambientes interno e de seu ambiente externo, facultando, assim, uma matriz identificada como análise SWOT, em que estão apreendidas no acrônimo em inglês (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), tanto a análise endógena de Forças e Fraquezas quanto a análise exógena de Ameaças e Oportunidades (Figura 18).

O modelo da matriz SWOT teve sua origem durante a década de 1960, em discussões na escola de administração que começaram a focar nas consonâncias entre as "Forças" e "Fraquezas" de uma organização, sua competência distintiva, e as "Oportunidades" e "Ameaças" (FERNANDES *et al*., 2009).

É por meio destas quatro variantes que se possibilita ao gestor fazer levantamentos das forças e fraquezas de uma organização, bem como das oportunidades e ameaças do meio de atuação onde opera,

assim, "quando os pontos fortes de uma organização estão alinhados com os fatores críticos de sucesso para satisfazer as oportunidades de mercado, a empresa será por certo, competitiva no longo prazo" (RODRIGUES *et al*. 2005, p. 3).

Figura 18 - Matriz SWOT



Fonte: Andrade (2008).

Portanto, como uma ferramenta de análise organizacional a matriz SWOT se torna um instrumento de planejamento estratégico de diversos segmentos, pois as análises de seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, que proporcionará ao gestor, ou ao Comandante da 1ª Bda Inf Sl, no caso específico, como está a organização militar perante as instituições superiores fazendo, assim, que estude o seu comportamento (Figura 19).

Como fatores positivos (forças) acima elencados da 1ª Bda Inf Sl, estes residem, primeiramente, no forte apoio público e nas

competências desenvolvidas durante as inúmeras operações ao longo do tempo, promovendo a sensação de segurança, bem nas inúmeras Ações Cívico-Sociais motivadas pelo apreço à sociedade roraimense, notadamente em áreas de difícil acesso e em áreas institucionais, como as terras indígenas, e quando em operações de reconhecimento de fronteiras.

Figura 19 - Matriz SWOT da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

	Fatores positivos (forças)	Fatores negativos (fraquezas)
Fatores internos	- Confiabilidade institucional; - Ações Cívico-Sociais; - Estrutura organizacional bem delimitada e hierarquizada; - Capacidade de rápida mobilidade; - Pelotões Especiais de Fronteira.	- Burocracia mecânica e de forte hierarquização; - Demanda reprimida de usuários no Sistema do Fundo de Saúde do Exército; - Viaturas blindadas obsoletas; - Armamentos individuais obsoletos (fuzis Fal/ParaFal); - Incapacidade de ampliação poder de fogo.
Fatores externos	- Agenda positiva junto ao atual governo federal; - Possibilidade de ampliação do Poder Militar; - Aumento de efetivo e de capacidade de combate; - Combate à ilícitos transfronteiriços e a crimes ambientais; - Defesa permanente das fronteiras.	- Déficit do Poder Militar; - Ameaças exógenas; - Número reduzidos de Pelotões Especiais de Fronteira; - Efetivo reduzido; - Reduzido número de Organização Militar no estado.

Fonte: Andrade (2008). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Outro fator positivo da 1ª Bda Inf Sl refere-se a sua estrutura organizacional permeada pelas suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas que possuem um delineamento com grande hierarquização, o que permite maior gerenciamento das atividades emanadas de escalões superiores para os cumprimentos de missões endógenas e exógenas, uma vez que sua estrutura é bem

definida e possui capacidade de se fazer presente (mobilidade) por todo o estado de Roraima em rápido intervalo de tempo.

Por fim, a pesquisa identificou como um dos últimos pontos fortes da 1ª Bda Inf Sl a presença física dos seis Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) espacializados em diversas localidades do estado de Roraima como forma de presença estatal em áreas de difícil acesso, tendo como finalidade a defesa da soberania, combate aos diversos ilícitos transfronteiriços, bem como o combate aos crimes ambientais e o apoio à população que vive em seu entorno.

Como fatores negativos (fraquezas) da 1ª Bda Inf Sl, primeiramente, reside no perfil organizacional de forte hierarquização permeado por uma burocracia mecânica que se reflete numa organização parcialmente estática em termos de mudanças institucionais, permitindo grande rotatividade entre os militares e, consequentemente, ocasionando geralmente lapsos em processos administrativos, como também influenciando na possibilidade de acessibilidade de obtenção de informações e/ou de dados quanto à pesquisa científica, com foi o caso específico da presente pesquisa.

Em outro momento foi identificado uma demanda reprimida de usuários no Sistema do Fundo de Saúde do Exército, uma vez que a Guarnição de Boa Vista (todas as Organizações Militares do Exército Brasileiro) possui grande quantidade de usuários, mas possui somente um Posto Médico de Guarnição, ao invés de um hospital, apresentando limitações para suprir as demandas do sistema de saúde, especialmente no que se refere a especialidades médicas.

Ainda como fatores negativos (fraquezas) da 1ª Bda Inf Sl, têm-se as viaturas blindadas sobre rodas do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, que se encontram com vida útil avançada e são consideradas como obsoletas, pois, mesmo que se façam

manutenções preventivas e/ou sejam repotencializadas, elas apresentam problemas rotineiramente, podendo acarretar em problemas operacionais e estratégicos; como também os armamentos de dotação individual, especificamente de fuzis Fal/ParaFal de fabricação ano de 1964, os quais são usados basicamente por quase todas Unidades Militares do Exército em Boa Vista, podendo também serem considerados como obsoletos.

Por fim, a pesquisa identificou como um dos últimos fatores negativos (fraquezas) da 1ª Bda Inf Sl a sua incapacidade de ampliação do poder de combate para a Guarnição de Boa Vista, notadamente quando da transformação de *status* e/ou de criação de novas unidades militares para o estado de Roraima como, por exemplo, na transformação do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado em Regimento de Cavalaria, que poderia triplicar o poder de combate e de fogo desta unidade, bem como a criação de mais Batalhões de Infantaria de Selva, uma vez existir somente um batalhão em Boa Vista.

As oportunidades de melhoria da 1ª Bda Inf Sl, primeiramente, residem nas possibilidades de uma agenda de Defesa positiva junto ao atual governo do Presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro, sendo ele próprio oriundo das Forças Armadas e apresentado interesse no estado de Roraima. Com isto, existe a possibilidade de ampliação do Poder Militar para a região com criação e/ou transferências de outras Organizações Militares para a Amazônia Legal, notadamente para o estado de Roraima.

Outro momento de oportunidade de melhoria da 1ª Bda Inf Sl, surge a possibilidade da transferência do 1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel, pertencente ao quadro organizacional da 1ª Bda Inf Sl e possuindo sede na cidade de Manaus (AM); com isto aumentaria, tanto o efetivo com cerca de 800 militares quanto o poder de combate por ser considerado uma unidade de ação rápida.

Outra oportunidade de melhoria da 1ª Bda Inf Sl reside na possibilidade de melhor aprimorar o combate aos ilícitos transfronteiriços e aos crimes ambientais nas fronteiras do estado de Roraima, notadamente na fronteira entre Brasil-Venezuela/Guyana, pelo fato da intensificação de fiscalização/patrulhas em função da problemática do aumento do fluxo migratório e de fronteiras porosas, desse modo, podendo ampliar e/ou manter-se permanente em pontos estratégicos para coibição de crimes diversos.

Como ameaças à 1ª Bda Inf Sl, encontra-se na patente diminuição de efetivo de militares, o que repercute na redução do Poder Militar, comprometendo sua missão institucional pela ausência de uma de suas unidades (1º BIS/Amv) sediada na cidade de Manaus (AM), sendo que esta possui um efetivo de cerca de 800 militares, portanto, reduzindo sua capacidade operacional o que dificultará o combate a possíveis ameaças e de forças exógenas e/ou endógenas.

Noutro momento, as ameaças residem no potencial "déficit do Poder Militar" ocasionado pela ausência de um dos seus dois Batalhões de Infantaria de Selva (1º BIS/Amv), sediados na cidade de Manaus (AM), reduzindo significativamente o efetivo da 1ª Bda Inf Sl na cidade de Boa Vista, como também pela ínfima quantidade de Pelotões Especiais de Fronteira (seis) espacializados no estado de Roraima ao longo de suas fronteiras e, principalmente, pela baixa capacidade de reação junto a forças exógenas, tanto em relação ao seu efetivo que é, geralmente, de 66 militares quanto ao seu poder de fogo, em que normalmente os militares são dotados com armamentos individuais.

Ainda no tocante às ameaças da 1ª Bda Inf Sl, observou-se reduzido número de Organizações Militares no estado de Roraima, uma vez que existem somente sete unidades militares na cidade de Boa Vista e, somente três são consideradas de nível batalhão, ou seja,

possuem efetivo previsto com cerca de 800 militares, enquanto as demais unidades são consideradas de nível subunidades, cujos efetivos são compatíveis a de uma Companhia com média de 200 militares.

Destarte, após as análises estratégicas por meio da matriz SWOT das consonâncias "forças e fraquezas", "oportunidades e ameaças" da 1ª Bda Inf Sl, foram identificados incongruências, principalmente no que concerne a retórica institucional de Estado em priorizar regiões menos adensadas e de fronteiras sensíveis e porosas aos ilícitos diversos, como é o caso do estado de Roraima, uma vez que se constitui como fraquezas um reduzido número de unidades militares, bem como a possibilidade de um "déficit de Poder Militar" pela falta de um de seus dois Batalhões de Infantaria de Selva.

Após as análises estratégicas por meio da matriz SWOT das consonâncias "forças e fraquezas" e "oportunidades e ameaças" da 1ª Bda Inf Sl possibilitou a identificação de aspectos do ambiente interno, do qual ela tem pleno domínio para aprender com as oportunidades de melhorias ou para atenuar os efeitos negativos das ameaças que o ambiente externo indica.

Portanto, nesta pesquisa apresentou-se uma branda análise de forma equitativa, nas quais foram identificados aspectos antagônicos permeados por encômios e críticas com a finalidade de apontar possíveis lacunas institucionais junto ao Comando da 1ª Bda Inf Sl, bem como apontamentos positivos que corroboram para um funcionamento de excelência junto à sociedade roraimense.

A 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA FRENTE ÀS NOVAS E VELHAS AMEAÇAS

As Forças Armadas do Brasil, desde fim do século passado até os dias atuais, vêm passando por diversas reformulações

motivadas por acontecimentos geopolíticos de grande relevância no cenário mundial, com destaque para a Guerra das Malvinas (1982), a democratização na América Latina (década de 1980), o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), bem como o ataque e derrubada das Torres Gêmeas nos Estados Unidos da América em 2001.

Estas abordagens possuem implicações importantes que cabe destacar, pois impactaram diretamente em todo globo e influenciam as novas missões de forças armadas de diversos Estados Nações, inclusive do Brasil.

O conflito entre Argentina e Grã-Bretanha em 1982 explicitou a incapacidade do primeiro e a relação dos Estados Unidos da América com os demais países da região, provocando reflexões para o Brasil sobre a importância dos caminhos da Defesa Nacional, estimulando a criação do Mercado Comum do Sul em 1991. De outro lado, países que possuíam regimes ditatoriais militares na América Latina passaram por processos de democratização, trilhando caminhos distintos na forma de gerir a Defesa em relação ao poder político e à sociedade (KUHLMANN, 2007).

Enquanto a fragmentação da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que daria fim o período da Guerra Fria, causou o desencadeamento de uma nova ordem mundial criando novos arranjos e novos conflitos interestatais e domésticos surgindo novas ameaças reais à segurança internacional, como a questão segurança humana e ambientais, que demandavam ações coletivas de Estados e de novos *stakeholders,* o que proporcionaria um reajustamento das armadas da Europa e dos Estados Unidos da América.

O atentado às Torres Gêmeas do *World Trade Center* nos Estados Unidos da América em 2001 tornaria patente as falhas de segurança nacional, provocando sérias mudanças de postura no

combate interestatal naqueles Estados considerados delinquentes (*rogue states*), "que apoiam terroristas e desenvolvem armas de destruição em massa, são alvo de ataques preventivos, quando plausível, para eliminar as possibilidades de ameaça antes mesmo que elas se concretizem" (KUHLMANN, 2007, p. 2).

Diante deste cenário geopolítico de grandes mudanças de paradigmas, as Forças Armadas do Brasil passaram por uma reestruturação na definição de suas missões, notadamente o Exército Brasileiro com a transferência de prioridade da Defesa da região Sul para a região da Amazônia Legal, em que reuniram as "novas e as velhas ameaças", como no caso quando se verifica missões descritas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva de proteger o Estado brasileiro, prioritariamente Roraima, em destaque a área de fronteira, contribuindo para o desenvolvimento regional, conforme estabelecido em lei (BRASIL, 2019c).

Percebe-se, então, que as velhas ameaças percebidas pelos militares decorrem da proteção territorial, integração regional e os problemas fronteiriços, principalmente no entorno amazônico, bem como as aquelas consideradas como novas ameaças decorrentes de crimes transfronteiriços aliado com o fortalecimento, desenvolvimento da região.

As percepções dos militares frente à agenda de Defesa têm passado por expressivas mudanças no contexto político mundial refletindo regional e nacionalmente na admissão de novos condicionantes, implicando na mudança da independência política e institucional das Forças Armadas dentro de um cenário fundamentalmente dinâmico e saturado de mudanças que surgem e variam de intensidade e de características perante às chamadas novas ameaças (PIERI; SENHORAS, 2011).

A propagação de novas ameaças amplia os debates sobre os temas de Segurança e de Defesa Nacional e reavalia o papel destas

forças promovendo o surgimento de diferentes abordagens de análise do objeto em cada área do globo. Sendo assim, consideram-se como Novas Ameaças os temas considerados pelas potências ocidentais como foi após o fim do mundo bipolar:

> Novas ameaças à segurança internacional após o fim da União Soviética – narcotráfico, terrorismo, crime organizado transnacional, tráfico de armas, devastação ambiental, corridas armamentistas regionais, conflitos étnicos, correntes migratórias internacionais, desrespeito aos direitos humanos e proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas de destruição em massa – consolidavam a substituição do conflito Leste-Oeste pelas tensões Norte-Sul (MARQUES, 2005, p. 69).

Segundo Piletti (2008), o conceito de "novas ameaças" abrange uma diversidade de atividades, dentre elas o terrorismo e o crime organizado em geral, podendo eventualmente estender-se para questões relacionadas aos movimentos sociais, à migração internacional (demandada crescente no estado de Roraima), bem como aos direitos humanos e ao meio ambiente, entre outras, as quais representam um grande risco para os Estados Nacionais.

Em determinados conflitos tradicionais consideravam-se óbvias as delimitações espaciais e temporais, com objetivos claros e inimigos identificáveis. Com o surgimento das "Novas ameaças", sob outra perspectiva, são múltiplas e difusas suas ações, sendo capaz de anunciar-se em qualquer lugar e a qualquer hora, seja em ambiente interno quanto em ambiente externo dos Estados, pois, quando o inimigo passa a ser conceito abstrato ou conjunto de práticas, como, por exemplo, o terrorismo, apresentam-se em qualquer lugar e a qualquer hora, sendo cada vez mais indeterminado

seus limites territoriais e espaciais, dificultando ações preventivas e repressivas por agentes de segurança (PILETTI, 2008).

No contexto sul-americano, de acordo com Rossi (2006), questão que traz grande preocupação nesta região é o narcotráfico seguido do terrorismo, o tráfico de armas, a guerrilha e os grupos subversivos, o crime organizado, os problemas sociais e o meio ambiente. Dentre estas ameaças, o narcotráfico, inicialmente era considerado problema doméstico, ameaçando a integridade de Estados sul-americanos, devendo ser combatido inclusive com as Forças Armadas adaptadas às novas funções.

No que concerne o plano das ameaças tradicionais ou "velhas ameaças", Senhoras *et al*. (2018) anotam que historicamente os conflitos apresentam-se num contexto entre Estados-Nações estando explícito o uso claro das suas Forças Armadas em conflitos interestaduais, cuja finalidade é garantir a Defesa Nacional das fronteiras e da soberania, uma vez que a percepção de insegurança era internacional, acontecida por meio de ameaças fronteiriças ou interestatais. Kajibanga (2016) afirma que a patente preocupação dos Estados em relação a sua Defesa Nacional, uma vez que continuamente esteve centrada nas ameaças oriundas de outros Estados bem como ameaças no interior de seu território.

Neste contexto entre "velhas e novas ameaças", a atual conjuntura da Força Terrestre tem se adaptado e se especializado em diversas missões alheias àquelas de defesa da pátria e manutenção da soberania, ao ponto de se afirmar que esta força não se prepara unicamente para possíveis conflitos tradicionais e interestatais. Seu emprego ao longo do tempo tem passado por uma acentuada inflexão à medida que os perfis das ameaças têm mudado de percepções, de uma visão tradicional de conflitos bélicos interestatais para aquelas cujas percepções vocacionadas "por uma puridade de temas, atores e escalas espaciais, (novas ameaças), o que tornou cada vez mais complexa a definição do uso da força para assuntos de Defesa

Nacional (Forças Armadas) e para a Segurança Pública (Polícia)" (SENHORAS *et al.*, 2018, p. 3).

A integração regional da América do Sul pode ser considerada uma utopia, notadamente quando se trata de Segurança e Defesa de seus condôminos, o que representa um desafio estratégico para convergência em um padrão de integração regional nesta região, como propunha Matos (1980), de maior proteção de soberanias nacionais, como parte de geopolítica protecionista dos países que compõem a Pan-Amazônia, numa tentativa de proteção de possíveis armadilhas político-militares de potências econômicas e militares não amazônicas, o que o levou a aceitação do Tratado de Cooperação Amazônica.

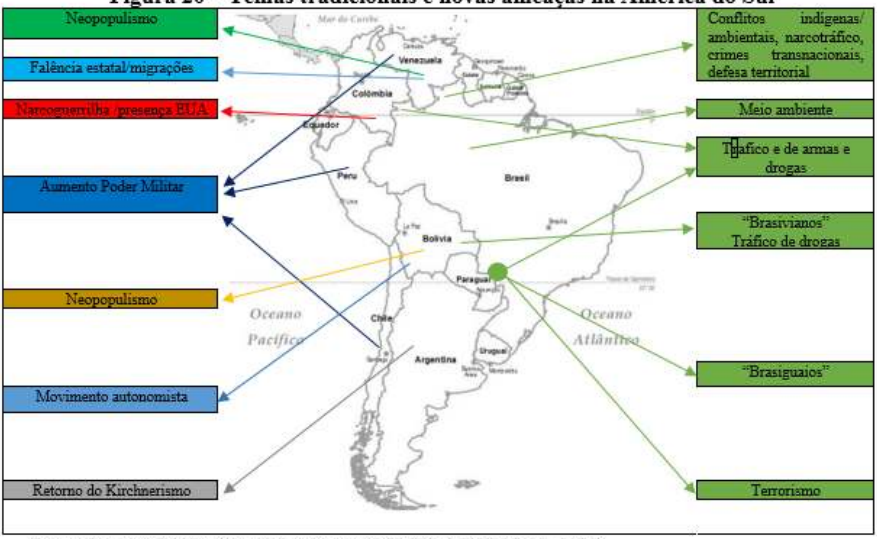
A recorrência de temas sobre "velhas e novas ameaças", desde conflitos internos como as narcoguerrilhas na Colômbia e recentemente na Venezuela, surgem por quase todo subcontinente, principalmente permeado pelas: "polarizações ideológicas com a difusão do neopopulismo do socialismo bolivariano e o movimento rearmamentista regional, até questões variadas como o crime organizado, grupos insurgentes e terroristas, o movimento emancipacionista na Bolívia" (SENHORAS, 2011, p. 38), bem como por eventuais radicalizações de movimentos socioambientais e indigenistas (Figura 20).

No que concerne ao estado de Roraima, que se encontra em uma zona de relativa instabilidade (Figura 21), está permeado por conflitos domésticos, intermésticos e externos, notadamente por ameaças tradicionais, como por exemplo pela Venezuela, motivada por conta da sua valência estatal[6], além da região do

[6] Na literatura entende o fracasso estatal como a falta de capacidade institucional para desempenhar funções básicas (FUKUYAMA, 2004).

Essequibo,[7] motivado por disputa territorial entre Venezuela e Guyana, sob diferentes níveis de influências endógenas e exógenas que poderá afetar tanto na segurança quanto na defesa territorial do Brasil. Portanto, há necessidade de maior cooperação entre os Estados Nacionais a fim de manter-se a harmonia na região.

Figura 20 – Temas tradicionais e novas ameaças na América do Sul



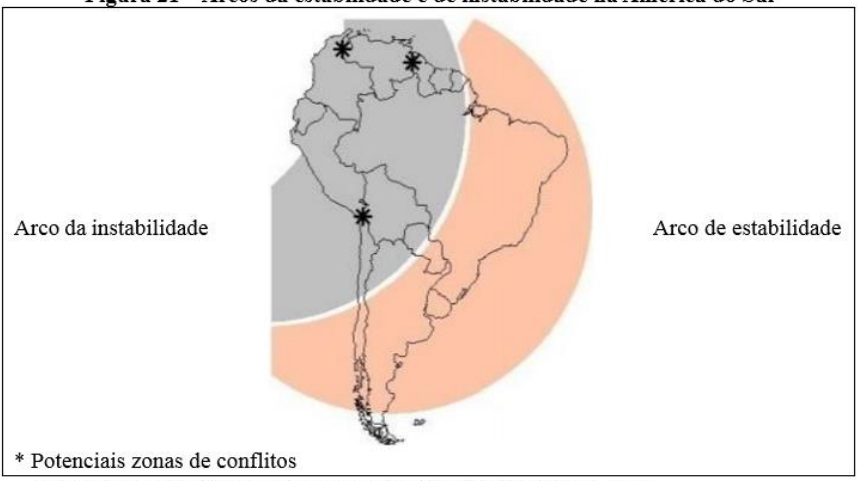
Fonte: Oliveira (2007). Adaptação própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

No que concerne a questão do Essequibo, Silva (2007) anota que existe um cenário de instabilidade nesta região pelo fato da possibilidade de implantação de um regime socialista nas regiões

[7] Região em disputa territorial entre Venezuela e Guyana, área compreendida entre o Rio Essequibo e a divisa tradicional entre Guyana e Venezuela. Dispõe de uma série de recursos naturais, como ouro, bauxita, urânio, potencial hidrelétrico e, em seu oceano próximo, petróleo.

entre o Caribe e América Latina, o que poderia influenciar diretamente na fronteira norte do Brasil motivadas por disputas territoriais, notadamente entre a Venezuela e Guyana motivada pela conjuntura política e ideológica do período da "Guerra Fria", tendo como episódio central a independência da Guyana em 1966 .

Figura 21 – Arcos da estabilidade e de instabilidade na América do Sul



Fonte: Medeiros Neto (2009). Adaptação própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

No caso especifico da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, a pesquisa analisou cenários de atuações de emprego operacional perante as "velhas e novas ameaças" dentro de perspectivas de conflitos de três tipos de níveis distintos: o doméstico (ameaças internas, inimigos que perturbam a ordem soberana do estado dentro de seu próprio território, como movimento separatista, guerrilhais, etc.); o externo (ameaça interestadual, Estado versus Estados, visão tradicional das Forças Armadas na defesa contra investidas de outros países) e o interméstico (ameaças transnacionais circunscritas

nacionalmente e compartilhadas de modo transfronteiriços entre diferentes países vizinhos).

No contexto do nível doméstico, as Forças Armadas do Brasil vêm sendo empregadas em diferentes momentos e em distintos estados do Brasil por meio do dispositivo constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prevista na Constituição Federal de 1988, quando ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública em graves situações de perturbação da ordem. Neste caso, o Presidente da República do Brasil fez uso deste dispositivo por 138 vezes no período desde 1992 até 2019 no cumprimento de diversas missões. No caso de Roraima, seu emprego ocorreu por seis vezes em momentos distintos por meio da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Quadro 9).

Quadro 9 - Histórico de Operações de Garantia da Lei e da Ordem no estado de Roraima

Período		Operação	Local	Missão
Início	Fim			
Abril 2006	Abril 2006	Surumu	Surumu	Contribuir com os órgãos governamentais para a segurança pública no Estado de Roraima.
Agosto 2018	Setembro 2018	Tucuxi	Faixa de Fronteira norte e leste e rodovias federais do estado de Roraima	Contribuir para a maior eficiência e segurança das atividades dos órgãos federais.
Outubro 2018	Março 2019	Tucuxi II	estado de Roraima	Contribuir para proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados.
Fevereiro 2019	Março 2019	A tranca forte	estados do rio Grande do Norte e de Roraima	Proteção do perímetro de segurança das penitenciárias federais em Mossoró e em Porto Velho.
Agosto 2019	Outubro 20/19	Verde Brasil	Áreas de fronteira, terras indígenas e Unidades Federais de conservação ambiental da área compreendida pela Amazônia Legal; área da Amazônia Legal dos estados de Roraima, dentre outros	Realização de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, e na execução de atribuições subsidiárias, mormente no levantamento e no combate a focos de incêndio.

Fonte: Brasil (2019dd). Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

No contexto de níveis externos, são aqueles de ameaças interestaduais, ou seja, Estado *versus* Estados dentro de uma perspectiva mais tradicional, em que as Forças Armadas são empregadas na defesa territorial e da soberania nacional contra investidas de outros Estados. Neste caso, várias são as variáveis que a 1ª Bda Inf Sl deverá levar em consideração, notadamente sobre o Poder de combate de agentes exógenos dentro de uma perspectiva de tentativa agressiva junto ao Brasil.

Em um caso concreto, tem-se a atual situação da Venezuela (fronteira com o Brasil) que se encontra em situação de falência estatal, o que desencadeou um processo migratório sem procedência para diversos países, principalmente pela falta de controle de sua população, desencadeando migrações em massa, esfacelamento de parte de suas forças de segurança, dentre outras. Esta instabilidade trouxe sérios problemas para o estado de Roraima, principalmente por conta de seus impactos humanitários que têm levado um grande número de venezuelanos a buscar refúgio em Roraima.

No que concerne à Defesa, *a priori*, as posições ideológicas e antagônicas dos atuais líderes entre Brasil e Venezuela, ainda que o governo brasileiro não reconheça autoridade governamental do atual governo venezuelano, traz inquietações de instabilidade interestatal, além da contenciosa questão do Essequibo, sendo este caracterizado por oscilações em seu *status*, que varia de estável para instável. Esta situação cíclica é considerada como área instável devido à proximidade com o Brasil, notadamente com Roraima, podendo acarretar tensões entre os Estados envolvidos (AGUIAR, 2016).

No cenário acima mencionado, de possíveis agressões entre Estados Nacionais (ameaça tradicional), num primeiro momento a possibilidade de emprego da 1ª Bda Inf Sl tende a ser eminente e involuntária. Contudo, acredita-se que sua utilização seria

contundente, pela capacidade de mobilização e de logística que a Força Terrestre possui em se fazer presente em todo território nacional em curto espaço de tempo. É possível que este cenário só se concretizasse se houvesse por parte do governo brasileiro informações reais sobre possíveis agressões entre os Estados.

Em situação de agressão ao Estado brasileiro (em Roraima por exemplo) por parte da Venezuela de forma pontual e inesperada, julga-se que a 1ª Bda Inf Sl possui limitações no que concerne ao Poder Militar *in loco,* notadamente nas fronteiras, uma vez que possui somente um Pelotão Especial de Fronteira (3º PEF), cuja efetivo circunda em torno de 66 militares em sua capacidade máxima em detrimento ao país vizinho, que possui efetivo superior, além de uma unidade de dotação de blindados sobre rodas (5145º Escamoto, cuja localização encontra-se cerca de 12 km da fronteira entre os dois países) o que supostamente, tende a superioridade bélica e maior capacidade de força frente ao pelotão do Brasil.

A ausência de um de seus dois Batalhões de Infantaria de Selva (1º BIS/Amv) com sede na cidade de Manaus (AM), corrobora com o déficit de poder operacional da 1ª Bda Inf Sl frente aos combates de diversos tipos de ilícitos transfronteiriços, uma vez que este batalhão possui efetivo de cerca de 800 militares. Contudo, frente a estas variáveis de novas e velhas ameaças, observa-se que a 1ª Bda Inf Sl possui capacidade de enfrentamento.

Quanto às novas ameaças que tornam cada vez mais complexas seus enfretamentos num ambiente cujos cenários enluvem rapidamente, inclusive de atores não estatais. Na América do Sul mantem-se um ambiente de cooperação com seu entorno regional, embora "persistir um crônico subdesenvolvimento, demandas sociais não atendidas e a prática comum de ilícitos transnacionais que podem transbordar conflitos em uma região de abundantes recursos naturais. (BRASIL, 2013, p. 8).

Neste contexto de novas ameaças e de possível intervenção estatal, o emprego por parte da 1ª Bda Inf Sl no estado de Roraima, faz-se necessário analisar suas características sob a ótica de cenários de operações de sua capacidade de força de ação e reação por meio do emprego das seguintes características: flexibilidade, adaptabilidade e elasticidade.

A flexibilidade é a característica de uma força que dispõe de estruturas com mínima rigidez preestabelecida, possibilitando seu ajustamento às suas singularidades durante a atuação de emprego, considerados os fatores da decisão, facultando ao comandante maior número de opções para reorganizar os elementos de combate em estruturas temporárias, com o cômodo suporte logístico (BRASIL, 2013).

A flexibilidade possui conotação de versatilidade com que se substitui a presença pela capacidade de se fazer presente em determinados ambientes em curto espaço de tempo. Neste particular, a 1ª Bda Inf Sl tem suas limitações em virtude de possuir somente viaturas sobre rodas para seus deslocamentos para áreas distantes da sede de Boa Vista, fazendo-se necessário o apoio direto da Força Área Brasileira por meio de aeronaves, caso seja necessário.

A adaptabilidade é a capacidade de uma força de ajusta-se às constantes evoluções do ambiente operacional e de tomar decisões mais adequadas aos problemas militares que lhes apresentam, o que possibilitará rápido ajustamento às mudanças nas condicionantes durante o emprego em qualquer cenário de conflito e/ou não (BRASIL, 2013). No caso da 1ª Bda Inf Sl, esta possui fácil adaptabilidade em condições inóspitas ou não, uma vez que grande parte do seu efetivo é de militares nativos; nos demais casos, os militares passam por treinamento em cenários diversos para que possam se adaptar antes de serem empregados nas diversas atividades.

Por fim, a elasticidade é a capacidade de se aumentar rapidamente o dimensionamento de forças militares em dadas situações que o exigirem, mobilizando, em grande escala, os recursos humanos e materiais do Estado, exigindo, portanto, a construção de força de reserva, mobilizável de acordo com as circunstâncias, bem como a possibilidade de integração das Forças Armadas com a Nação (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a 1ª Bda Inf Sl possui um rigoroso controle de suas forças de reservas a partir do serviço militar obrigatório que anualmente são atualizados na medida em que ocorrem as incorporações e concomitante licenciamento de militares temporários nas diferentes Organizações Militares Diretamente Subornadas.

As análises das características da 1ª Bda Inf Sl sob as perspectivas de condução em operações no amplo espectro geram capacidades em seus elementos de emprego, observando-se sua flexibilidade, adaptabilidade e elasticidade em cenários intra e/ou interestatal, apontando para uma série de limitações, notadamente para novas ameaças que necessitam de melhores condições, tanto de pessoal quanto para equipamentos tecnológicos que possam corroborar em ações preventivas e coercitivas.

Nesse ínterim, observa-se que a 1ª Bda Inf Sl possui capacidade de enfrentamento, notadamente para ameaças tradicionais que atentem contra o Estado em determinado espaço e tempo, bem como para as questões do controle da fronteira (contrabando de armas, drogas, madeira, dentre outros), ainda que em uma eventual guerra assimétrica, com inimigo em superioridade de forças; por isto, se utilizam da estratégia da resistência" (KUHLMANN, 2007).

Ademais, a situação geopolítica do estado de Roraima junto a Amazônia Setentrional é tema de destaque para o Estado brasileiro,

uma vez que possui ampla área de fronteira entre dois Estados Nacionais, com pouca ou nenhuma presença estatal em áreas suscetíveis aos diversos tipos de ilícitos transnacionais derivados das velhas e novas ameaças, ainda que a presença da 1ª Bda Inf Sl seja inócua, notadamente pelo déficit de poder operacional de unidades militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente livro realizou uma análise geopolítica militar sobre a 1ª Brigada de Infantaria de Selva sob uma ótica geográfica, bem como analisou sua estrutura organizacional e suas territorialidades e espacializações ao longo de seu ciclo de vida até sua conformação na cidade de Boa Vista (RR) em 1992.

A pesquisa apresenta uma análise das brigadas de infantaria espacializadas em território nacional, na qual se evidenciou seu desenho de força, suas territorialidades e dimensões organizacionais, o que derivou em análise diacrônica de seu ambiente interno, permeados pelas Forças e Fraquezas, bem como pelas Oportunidades de melhorias do ambiente externo por meio da matriz SWOT.

Foram realizados mapeamentos das Organizações Militares existentes no estado de Roraima, e elencados os principais temas tradicionais que ora circundam o contexto da América do Sul com foco para o estado de Roraima. Além disto, a pesquisa evidenciou uma zona que possui relativa instabilidade, sendo permeada por conflitos domésticos, intermésticos e externos que circundam o estado de Roraima.

A pesquisa se apresenta como sendo um dos primeiros trabalhos que trouxe uma discussão geopolítica sobre questões que envolvem o Poder Militar no estado de Roraima (embora existam trabalhos que discutem esta temática em tempos pretéritos, contudo, pouco se sabe do seu incremento), por meio de um trabalho de campo que envolveu vários *stakeholders* de diversos sítios militares, entrevistas semiestruturadas, coleta de dados e de informações; além de contribuir para a composição de um acervo iconográfico, quer seja de mapas, quer seja fotográfico.

Além disto, a pesquisa traz um amplo e plural arcabouço de mapeamento das brigadas de infantaria especializadas em território nacional, com apontamentos para uma composição de desenho de força das Brigadas de Infantaria de Selva por toda a Amazônia Legal, com foco para a Amazônia Setentrional sob uma perspectiva de hermenêutica geográfica (intepretação) das espacializações das Brigadas de Infantaria de Selva.

Doravante, a pesquisa também realizou um diagnóstico da matriz SWOT que possibilitou na identificação de análise endógena de Forças e Fraquezas bem como análise exógena de Ameaças e Oportunidades, possibilitando realizar apontamentos das variáveis como instrumento de planejamento estratégico que permite ao Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva fazer autoanálise por meio do comportamento organizacional.

Portanto, com base nos debates e resultados ora suscitados na presente pesquisa, expõe uma agenda prospectiva de natureza normativa ou propositiva que visa subsidiar funcionalmente pontos de ação por parte tanto dos *policymakers* quanto da comunidade científica que, eventualmente, tome como menção os diagnósticos deste estudo.

No que concerne a sugestões de oportunidades de melhoria para políticas públicas, a partir dos resultados da presente pesquisa sobre a espacialização e a presença do Exército Brasileiro no estado de Roraima, que poderam servir de base para a elaboração de futuras políticas públicas nacionais e locais, bem como para oportunidades de melhorias das políticas existentes, ratificando, assim, a importância do estudo realizado para o incremento do estado de Roraima e, consequente desenvolvimento regional da Amazônia Legal.

Dentre eles, destaca-se a necessidade de ampliação de PEF no estado de Roraima, que atualmente possui somente seis. Diante

disso, sugere-se que o comando da 1ª Bda Inf Sl realize expediente junto ao escalão superior com a finalidade de que sejam realizados novos estudos para a reativação do Projeto Amazônia Protegida, o qual visava a ampliação da presença estatal na Amazônia Legal. Este projeto previa a possibilidade de ampliação de mais 23 PEF além dos 28 existentes, o que reforçaria a Região Norte em especial.

Noutro momento, a pesquisa identificou a existência de um déficit do Poder Militar em decorrência da falta de um Batalhão de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista, com isto, acarretando em sobrecarga, tanto estrutural quanto pessoal, uma vez que este batalhão se encontra na cidade de Manaus (AM). Sendo assim, sugere-se que sejam feitos esforços junto ao escalão superior para esta questão entre em agenda e sejam discutidas medidas concretas para que seja realocada e/ou transferido outras unidades militares para recompor a estrutura organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Em outro momento, a pesquisa identificou que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva possui um efetivo de cerca 3.300 militares, sem levar em consideração seus dependentes. No que concerne aos atendimentos médico-odontológicos, a Guarnição de Boa Vista (todas as Organizações Militares do Exército no estado de Roraima) possui somente um Posto Médico de Guarnição com limitações estruturais e orçamentárias para a demanda existente. Portanto, sugere-se que sejam realizados, por parte do comando da brigada, esforço concreto em direção ao escalão superior para que ocorra uma reestruturação de Posto Médico para Hospital Militar de Guarnição.

Com referência às sugestões para futuras pesquisas, a pesquisa possuiu algumas limitações durante seu desenvolvimento, principalmente no que concerne às entrevistas com os *stakeholders,* ainda que se tivesse prévia autorização. Nesse sentido, sugere-se que, durante a realização de futuras pesquisas, sejam implementados

esforços para que o primeiro contato seja realizado diretamente com a autoridade maior sem que haja intermediários, com isto, cessaria qualquer contratempo e/ou desinformação a despeito do trabalho a ser desenvolvido.

Além disto, sugere-se que sejam endereçados estudos sobre as questões operacionais e/ou de integração entre a 1ª Brigada de Infantaria de Selva e outras agências de segurança, como por exemplo, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, principalmente no que diz respeito a demandas de combate às novas ameaças na Amazônia Setentrional, sendo o estado de Roraima um dos *lócus* de passagem de ilícitos transfronteiriços diversos.

Em relação às futuras temáticas, sugere-se que estas sejam voltadas para a Geografia Militar na Amazônia Legal, isto é, a geografia dentro de um contexto militar, com ênfase para Roraima, uma vez que o processo histórico deste estado está relacionado a uma escola de pensamento específico, ou seja, na hibridação entre pensamento geográfico e militar, o que corroboraria para uma agenda em crescimento na literatura local e regional.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. S. O. **Essequibo em foco**: estudo de caso de um Contencioso Sulamericano (Dissertação de Mestrado). Boa Vista: UFRR, 2016.

ALMEIDA, M. C. **A religião na caserna**: o papel do Capelão militar. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Mackezie, 2006.

ANDRADE, J. C; *et al*. "Aplicação da análise SWOT para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social". **Anais do XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação**. São Paulo: UVPB, 2008.

BRASIL. "1ª Divisão de Exército: histórico". **Portal eletrônico da 1ª DE** [2019i]. Disponível em: <www.1de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12/11/2019.

BRASIL. "1º Pelotão de Comunicações de Selva". **Acervo histórico1º Pel Com Sl**. Boa Vista, 2019s.

BRASIL. "2ª Divisão de Exército: histórico". **Portal eletrônico da 2ª DE** [2019j]. Disponível em: <www.2de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12/11/2019.

BRASIL. "3ª Divisão de Exército: histórico". **Portal eletrônico da 3ª DE** [2019l]. Disponível em:< www.3de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12/12/ 2019.

BRASIL. "5ª Divisão de Exército: histórico". **Portal eletrônico do Ministério da 5ª DE** [2019m]. Disponível em: <www.5de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12/11/2019.

BRASIL. "6ª Divisão de Exército: histórico". **Portal eletrônico da 6ª DE** [2019n]. Disponível em: <www.1de.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 12/11/2019.

BRASIL. "10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva". **Acervo histórico 10º GAC SL**. Boa Vista, 2019t.

BRASIL. "12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado". **Acervo histórico. Boa Vista: 12º Esqd C Mec**: Boa Vista, 2019r.

BRASIL. "32º Pelotão de Polícia do Exército". **Acervo histórico 32º Pel PE**. Boa Vista, 2019x.

BRASIL. "Armas, Quadros e Serviços". **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019a]. Disponível em:<www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos>. Acesso em: 10/2/2019.

BRASIL. "Brigada de Aviação do Exército". **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2003a]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01/12/2019.

BRASIL. "Catálogo de capacidades do Exército". **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2015]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 13/11/ 2019.

BRASIL. "Centro de Comunicação Social do Exército: as ações preventivas e repressivas na Amazônia". **Revista Verde Oliva**, ano XLV, n. 242, setembro, 2018.

BRASIL. "Companhia de Comando da 1ª Bda Inf Sl". **Acervo histórico Companhia de Comando da 1ª Bda Inf Sl**. Boa Vista: Cia c 1ª Bda Inf Sl, 2019o.

BRASIL. “1º Batalhão de Infantaria de Selva/Aeromóvel (1º BIS/Amv)”. **Acervo histórico1º BIS/Amv**. Boa Vista: BIS, 2019p.

BRASIL. “Características da profissão militar”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019v]. Disponível em: <www.eb.mil.br>. Acesso em 23/11/ 2019.

BRASIL. “Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS). Historio”. **Portal eletrônico do CFR/7º BIS** [2019]. Disponível em: <www.7bis.eb.mil.br/historico.html>. Acesso em: 15/09/2019.

BRASIL. “Comando Militar da Amazônia. Aspectos históricos do CMA”. **Portal eletrônico do CMA** [2019w]. Disponível em: <www.cma.eb.mil.br. Acesso em 21/12/2019.

BRASIL. “Comando Militar do Norte. Estrutura Organizacional” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019q]. Disponível em: <www.cmn.eb.mil.br/acoes-e-programas.html>. Acesso em: 12/07/2019.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. “Divisão de Exército: manual de Campanha C 61-100”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [1989]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01/12/2019.

BRASIL. “Garantia da Lei e da Ordem” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019u]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 30/1/2019.

BRASIL. “Glossário das Forças Armadas”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2007]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 14/11/2019.

BRASIL. “Histórico 2ª Bda Inf Sl”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019d]. Disponível em: <www.2bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em: 15/11/2019.

BRASIL. “Histórico 16ª Bda Inf Sl”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019e]. Disponível em: <www.16bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em: 11/112019.

BRASIL. “Histórico 17ª Bda Inf Sl”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019f]. Disponível em: <www.17bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em: 11/11/2019.

BRASIL. “Histórico 22ª Bda Inf Sl”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019g]. Disponível em: <www.22bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 11/11/2019.

BRASIL. “Histórico 23ª Bda Inf Sl”. **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2019h]. Disponível em: <www.23bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 11/11/2019.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. “Manual de Campanha - Estado-Maior e Ordens”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2003]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em 26/12/2019.

BRASIL. “Organograma do CMA”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2016]. Disponível em:

<www.cma.eb.mil.br/home/organograma.html>. Acesso em: 14/07/2019.

BRASIL. "Quadro de Organização" **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2016b]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 3/02/2020.

BRASIL. **Portaria nº 197-EME, de 26 de setembro de 2013**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/03/2021.

BRASIL. "Relatório Situacional 2018". **Portal eletrônico da Ministério da Defesa** [2018a]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 13/11/2019.

BRASIL. "Síntese histórico 1ª Bda Inf Sl". **Portal eletrônico da 1ª Bda Inf Sl** [2019c]. Disponível em: <www.1bdainfsl.eb.mil.br>. Acesso em 23/12/ 2019.

BRASIL. "Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército Valores, Deveres e Ética Militares". **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2002]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 01/12/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. "Manual de Campanha C7-30: Batalhões de Infantaria". **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [1984]. Disponível em: < www. bdex.eb.mil.br>. Acesso em: 10/11/ 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. "Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira". **Portal eletrônico do Ministério da Justiça e Cidadania** [2016]. Disponível em: <www.justica.gov.br>. Acesso em: 14/11/2019.

CAMPBELL, A. "A mission to succeed". **Director**, vol. 44, n. 7, 1991.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Editora Manole, 2014.

COSSUL, N. I.; JAEGER, B. C. "O Papel da Infraestrutura no Combate aos Ilícitos Transfronteiriços na América do Sul". **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, vol. 3, n. 1, janeiro, 2016.

COSTA, M. C. F.; SOUZA, B. S. S.; FELL, A. F. A. "Um estudo da estrutura organizacional e as mudanças organizacionais: proposta de um novo modelo". **Navus**, vol. 2, n. 1, janeiro, 2012.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

FERNANDES, A. S. "A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva". **Antíteses**, vol. 2, n. 4, julho, 2009.

FERNANDES, I. G. M. *et al*. "Planejamento estratégico: análise SWOT". **Revista Conexão Digital**, vol. 10, n. 1, 2013.

FUKUYAMA, F. **Construção de Estados**: governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2004.

GOMES, M. L. **Geohistória e a espacialização do Exército Brasileiro no estado de Roraima**: 1992-2018. (Dissertação de mestrado em Geografia Humana). Boa Vista: UFRR, 2019.

GOMES, M. L.; SENHORAS, E. M. **Arquivo iconográfico de trabalho de campo sobre Geohistória e periodização do Exército Brasileiro em Roraima**. Boa Vista: UFRR, 2019.

GOMES, M. L.; SENHORAS, E. M. **Análise de discurso e conteúdo sobre pesquisa Geohistória e periodização do Exército Brasileiro em Roraima**. Boa Vista: UFRR, 2020.

GONZALES, S. L. M. **A territorialidade militar terrestre no Brasil**: os tiros de guerra e a estratégia de presença (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens das mudanças cultural. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "Faixa de Fronteira do Brasil é tema de estudo do Ministério da Integração e Ipea". **Portal eletrônico do IPEA** [2017]. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 18/02/2019.

KAJIBANGA, R. "Defesa Nacional: novas ameaças". **CEDIS Working Papers**, n. 33, maio, 2016.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército Brasileiro**: estrtura militar e ordenamento político (1984-2007) (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2007.

MARQUES, A. A. "A Estratégia militar do Exército Brasileiro para a Amazônia. Fundamentos e implicações para a cooperação militar no sul da América Latina". **Anais do Simpósio do XXIII de História**: Londrina: SIMPUH, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MEDEIROS NETO, O. **Cenários Geopolíticos e Emprego das Forças Armadas na América do Sul**. (Dissertação de mestrado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2005.

MEDEIROS, M. I. G.; *et al*. "Estrutura organizacional e modelo de gestão: uma análise no Instituto Federal Sul-Rio-grandense". **Anais do XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis: UFSC, 2011.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MIRANDA, J. B. **Amazônia**: área cobiçada. Porto Alegre: Editora AGE, 2005.

MIRANDA, R. S. N.; *et al*. "Cooperação e defesa na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru". **Revista FECAP** [2018].

MORAES, A. C. R. **Territorio e historia do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. **Territorio e historia do Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

NASCIMENTO, F. A. **A Brigada de Infantaria nas Operações no Amplo Espectro, no combate aos crimes transfronteiriços na região sul do Brasil** (Trabalho de Conclusão de Curso). Rio de Janeiro: ESG, 2015.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

PIERI, V. S. G.; SENHORAS, E. M. "O papel dos recursos naturais nos conflitos intermésticos da América do Sul". **Anais do 3° Encontro Nacional ABRI**. São Paulo: ABRI, 2011.

PILETTI, F. J. **Segurança e defesa da Amazônia**: o exército brasileiro e as ameaças não tradicionais (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2008

RESSTEL, C. C. F. P. **Fenômeno migratório**. São Paulo: UNESP, 2015.

RODRIGUES, J. N. *et al*. **50 Gurus Para o Século XXI**. Lisboa: Centro Atlântico, 2005.

SANTOS, O. B.; CURY, M. J. F. "As Forças Armadas em territorialidades transfronteiriças: Brasil, Paraguai e Argentina". **Tempo da Ciência**, vol. 22. n. 44, 2015.

SAQUET, M. A. "Território e desenvolvimento: diferentes abordagens". **Geosul**, vol. 22, n. 43, janeiro, 2007.

SENHORAS, E. M. **Conflito e cooperação no complexo regional de segurança da América do Sul**. Boa Vista: UFRR, 2013.

SENHORAS, E. M.; SILVA NETO, T. A. "Diplomacia e paradiplomacia educacional brasileira no contexto da ciência, tecnologia e inovação". **Revista Mundorama**, vol. 86, setembro, 2014.

SIDHU, J. "Mission Statements: is it time to shelve them?"; **European Management Journal**, vol. 21, n. 4, agosto, 2003.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



Marcos de Lima Gomes é militar da reserva do Exército Brasileiro. Especialista em Educação e com *MBA* em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Tecnólogo em Agronegócio. Licenciado e mestre em Geografia. Professor substituto na Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: mlgmarcos@hotmail.com



Elói Martins Senhoras é economista e cientista político. Especialista, mestre, doutor e post-doc em Ciências Jurídicas. Atua como pesquisador e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) em cursos de graduação e pós-graduação *stricto* e *lato sensu*. Website: www.eloisenhoras.com. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2021

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

✉ eloisenhoras@gmail.com